

A DISPUTA PELA LIDERANÇA DA ÁSIA NO PÓS-GUERRA FRIA (I)

FERNANDO MALBURG DA SILVEIRA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

SUMÁRIO

PARTE I

Introdução
Os interesses ocidentais na Ásia
O fim da Guerra Fria e o cenário asiático
Breve síntese da História do Japão
O *Bushido*
Breve síntese da História da China
Política externa japonesa
Política externa chinesa

PARTE II (A ser publicado na próxima edição)

As rivalidades sino-japonesas na atualidade
A questão de Taiwan
A península coreana
A disputa pelas ilhas no Mar da China
A aliança de defesa Japão/EUA
O Japão e a ONU
A presença norte-americana
A rivalidade econômica
Outros aspectos dos ingredientes presentes no cenário
Algumas interrogações e perspectivas
O Teatro Marítimo
A Marinha norte-americana
A Marinha japonesa
A Marinha chinesa
A Marinha de Taiwan
A Marinha sul-coreana
A Marinha norte-coreana
Alguns reflexos das rivalidades sino-japonesas no cenário examinado
Conclusões

PARTE I

INTRODUÇÃO

Ao longo do período conhecido como Guerra Fria, que colocava em oposição o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, e o oriental, formado pela União Soviética, o mundo presenciou o desenrolar de uma disputa de gigantes. Após as quase cinco décadas em que pairou sobre o planeta – desde o final da Segunda Guerra Mundial até a queda do Muro de Berlim – a ameaça de uma hecatombe nuclear, essa confrontação bipolar veio a ser definida a favor do lado ocidental. Isso decorreu da falência do regime econômico da URSS (e do Leste europeu, que orbitava ao seu redor) e da dissolução do Pacto de Varsóvia, que lhe dava respaldo militar.

Esse desenlace delineou ambiente favorável ao desencadeamento de grandes esforços de desenvolvimento e de reconstrução econômica na Ásia, em cujo contexto vêm se destacando, pelos índices de crescimento que apresentam, a República Popular da China (RPC), o Japão, a Índia e alguns países do Sudeste Asiático; e deu surgimento a um cenário geopolítico e geoeconômico no qual uma nova disputa se configura. Se sob o prisma da Guerra Fria a confrontação entre Ocidente e Oriente dava-se em termos ideológicos e de poderio bélico, tendo em campos opostos o capitalismo e o comunismo socialista (e seus respectivos poderes militares), a pós-Guerra Fria revelou outra espécie de embate, tendo de início os fatores econômicos como ingredientes preponderantes.

Esses fatores econômicos tendem a colocar em oposição, no século que se inicia, dois grandes pólos: do lado ocidental, os Estados Unidos – potência hegemônica unipolar sob os critérios político, econômico e militar – e seus aliados mais desen-

volvidos; e do lado oriental, um bloco asiático ainda em fase de integração, tudo levando a crer que estará nucleado no crescente poderio da China.

O Japão, militarmente derrotado na Segunda Guerra Mundial pelo Poder Naval norte-americano no Pacífico e pela força das armas nucleares que destruíram Hiroshima e Nagasaki, passou a exercer no pós-guerra, com a ajuda dos vencedores estadunidenses e com base num forte crescimento econômico e tecnológico, o papel de aliado dos grandes interesses dos EUA no Extremo Oriente. Nas primeiras décadas subseqüentes ao término daquela guerra, tudo indicava que se firmaria como candidato a país líder da Ásia, mas em razão de fatores internos diversos – e apesar de alcançar a posição de segunda potência financeira do planeta – veio o Japão a perder para a China essa corrida pela liderança continental. Presentemente, vê-se o Japão lidando com uma estagnação de sua economia que perdura há mais de duas décadas, dificultando sua recuperação (não só econômica, como também militar).

Com a dissolução da URSS, a República Popular da China, liberada das correntes político-ideológicas que a atavam aos soviéticos, promoveu notável mudança em sua estratégia econômica. Sem abandonar o regime político autoritário, fez nítida opção pelo regime econômico de mercado, transitando paulatinamente do estatismo comunista obsoleto para um capitalismo (com matizes socialistas) moldado às peculiaridades chinesas, experimentando então um forte e consistente crescimento, que a levou com rapidez à posição de quarta economia do mundo. Para os nipônicos, esse crescimento chinês é preocupante, não sendo raras as manifestações de setores do Estado japonês sobre a ameaça que isso representa para a segurança do Império do Sol Nascente. Para os norte-ameri-

canos, o desenvolvimento vertiginoso da China pode levá-la, num futuro próximo (e se sustentado), a superar o porte econômico dos Estados Unidos, que decerto preferiria ver na ponta hegemônica da Ásia seu aliado maior no Oriente, o Japão.

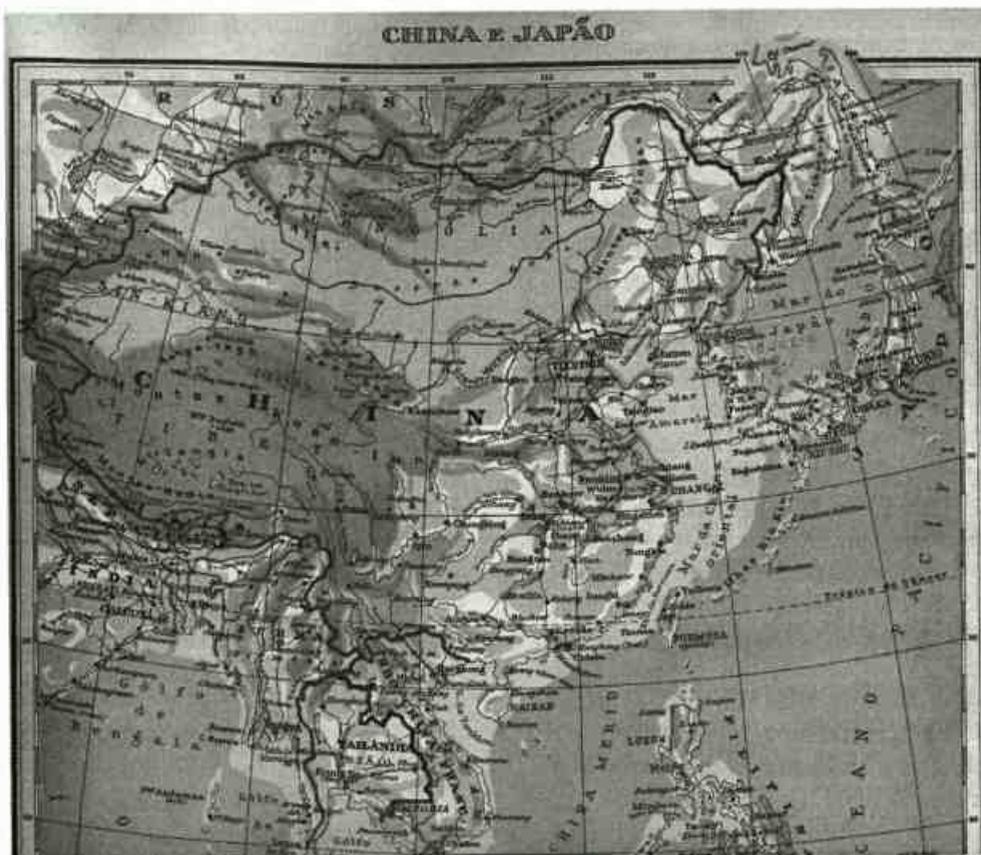
No Nordeste Asiático observa-se que outra grande potência, a Rússia, ainda levará tempo para se recuperar da falência soviética. Em que pesem as dificuldades atuais, permanece a Rússia exercendo forte influência na Ásia, manifestando sua forte personalidade como potência econômica emergente e ainda dotada de expressivo poderio bélico, inclusive nuclear.

Quanto ao Sudeste Asiático, desde a fundação, em 1967, da Asean (*Association of Southeast Asian Nations*), os países da região (que já deram ao mundo provas de sua capacidade de expansão com o fenômeno dos "tigres asiáticos") vêm desenvolvendo um grande esforço de integração econômica. Tal esforço é voltado para reduzir as fragilidades de suas economias e melhorar sua resistência às convulsões regionais (que não têm sido poucas, ao longo dos tempos). Para ser bem-sucedido, esse grupo necessita de um ambiente de paz e estabilidade na área, o que é bastante influenciado pelas históricas rivalidades entre China e Japão, as duas maiores potências regionais do pós-Guerra Fria, que vêm alternando a liderança do continente há séculos (exceto durante a Guerra Fria, quando a Rússia concentrava enorme poder na condição de líder da Ásia e do bloco soviético).

A História mostra que a Ásia nunca experimentou a coexistência de China e Japão simultaneamente fortes. Ambos sempre estiveram em competição pela liderança de uma região tantas vezes desestabilizada por conflitos locais ou pela intervenção de potências externas. Como resultado da gigantesca extensão geográfica chi-

nesa, de sua maior população, maior poder militar e do rápido desenvolvimento econômico de décadas recentes, a China (contrastando com a estagnação do Japão, com sua limitação militar decorrente da derrota na Segunda Guerra Mundial e com sua seqüente menor expressão política internacional) atualmente toma a dianteira e não dissimula, nessa disputa, a existência de contenciosos de difícil solução com o Japão. Além das dissidências históricas, as diferenças de opinião sino-japonesas abrangem a competição por áreas de reservas petrolíferas, disputas territoriais estratégicas e outros pontos delicados, como os relacionados com a soberania de Taiwan, com a unificação da península coreana e com a aliança de defesa existente entre EUA e Japão (que dentre seus objetivos originais, nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, visava conter a expansão comunista na Ásia).

A despeito do grande crescimento das relações econômicas entre os dois países rivais, os impulsos competitivos e as tensões políticas parecem prevalecer nas relações sino-japonesas, gerando preocupações nos países ocidentais e orientais que utilizam o Pacífico como um oceano integrador de interesses econômicos. Não menores são as preocupações no âmbito da Asean, organização para a qual a paz e a estabilidade regionais são requisitos essenciais para a consecução das metas de desenvolvimento de suas carentes sociedades. A Asean atua como uma espécie de *buffer* nesse cenário de rivalidades sino-japonesas, procurando traçar estratégias e criar fóruns e mecanismos capazes de responder defensivamente aos eventuais estremecimentos entre os mais fortes e, tanto quanto possível, tirar partido da competição entre eles, trazendo-os para o seio das conversações e das negociações da integração econômica asiática. Nessa es-



tratégia, a disputa sino-japonesa recebe tratamento destacado, sem, todavia, ser negligenciado o interesse russo nas questões asiáticas.

O objetivo deste trabalho é apresentar os principais aspectos políticos, econômicos e militares que vêm permeando a disputa pela liderança do continente asiático. Serão analisadas as possibilidades de, em permanecendo pacífica a região, a economia chinesa, agregando ao seu redor a dos países desenvolvimentistas do Sudeste Asiático, vir a formar um bloco capaz de fazer frente à hegemonia global norte-americana – a qual decorre de sua extraordinária pujança econômica e de seu gigantesco poderio bélico –, dado que não se vislumbram outros atores capazes de, em prazo

visível, superar o extraordinário crescimento chinês ou rivalizar o poderio estadunidense (pelo menos até que a Rússia se recupere). Em se consolidando tal bloco sob a liderança da China, os interesses japoneses, russos e norte-americanos estarão preteridos pelos interesses chineses, gerando novas rivalidades (potencialmente capazes de deterioração em conflitos) no cenário global do século XXI.

OS INTERESSES OCIDENTAIS NA ÁSIA

Compreender os interesses ocidentais na Ásia, especialmente os da potência hegemônica do pós-Guerra Fria (os Estados Unidos), é matéria de extrema impor-

tância na avaliação do cenário geopolítico em questão.

Concentrando o foco tão-somente em épocas mais recentes, podem-se usar as Guerras da Indochina e a Guerra da Coreia como bastante elucidativas desses interesses. A primeira, Guerra da Indochina, travada entre 1846 e 1954, caracterizou-se como movimento de libertação do Vietnã do domínio de uma potência colonial, a França, e colocou em confronto as forças francesas e o movimento nacionalista Vietminh, liderado por Ho Chi Minh; e a segunda, entre 1960 e 1975, mais conhecida como



Ho Chi Minh

Guerra do Vietnã, confrontou de um lado o Vietnã do Norte e seus aliados do Vietcong (os comunistas do sul), e de outro o Vietnã do Sul e os Estados Unidos. O primeiro evento foi parte das lutas de libertação que, desde a Segunda Guerra Mundial, desafiaram as potências colonialistas européias. O segundo pertenceu ao esforço de unificação do Vietnã dividido, e colocou no cenário, já no contexto da Guerra Fria, o futuro geopolítico da Ásia, dentro de uma disputa gerada pela expansão da esfera de influência soviética. A Guerra da Coreia (1950-1953), por sua vez, resultou na consolidação do regime comunista na Coreia do Norte e dividiu o país, permanecendo a Coreia do Sul alinhada com os Estados Unidos.

A Guerra Fria teve sua origem em março de 1947, quando o Presidente Truman, dos EUA, anunciou a estratégia americana de contenção da expansão político-militar da União Soviética (a Doutrina Truman). Ainda que tenha sido traçada com vistas à

Europa do Leste, o advento da Revolução Chinesa, em 1949 – quando as forças comunistas de Mao Tsé-Tung venceram os nacionalistas de Chiang Kai-Check, que se refugiaram em Taiwan –, emprestou dimensões globais a essa estratégia. A China, até então razoavelmente



Mao Tsé-Tung

alinhada com os EUA, passou a ser rival dos americanos. A Guerra da Coreia e a derrota francesa na Indochina somaram-se para evidenciar a redução do poder ocidental na Ásia, levando os Estados Unidos – sob a liderança de Eisenhower – e seus aliados ocidentais (que já haviam criado a Otan para preservar a segurança européia) a tecer tratados de cooperação militar com países asiáticos, desta vez visando à segurança da Ásia.



Chiang Kai-Check

Foram firmados, a partir daqueles acontecimentos, tratados colocando o Japão, a Coreia do Sul, Taiwan e as Filipinas sob a proteção militar americana. Seguiu-se em 1951 o Pacto de Anzus, que estabeleceu a cooperação estratégica dos EUA com Austrália e Nova Zelândia nos oceanos Pacífico e Índico. Foi criada a Seato (*Southeast Asia Treat Organization*), uma espécie de "Otan asiática", abrangendo Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia e Paquistão, tendo também como países protegidos (na

condição de observadores) o Vietnã do Sul, o Laos e o Camboja. Esses tratados deixavam clara a estratégia de presença militar em amplas áreas dos mencionados oceanos e coroavam a transformação dos Estados Unidos em potência marítima global, título que antes os britânicos haviam ostentado. Além disso, eles agregavam sob a proteção estadunidense um elenco de governos asiáticos pouco homogêneos, consolidando o conceito geopolítico do Sudeste Asiático, nascido da existência de um comando aliado na região durante a Segunda Guerra Mundial.

Demétrio Magnoli, ao analisar as Guerras da Indochina no excelente livro *História das Guerras*, explica com clareza que o sistema de segurança assim estabelecido refletia uma concepção estratégica (a *Rimland*) derivada do pensamento geopolítico de Nicholas Spykman (1893-1943), desenvolvido em oposição ao conceito de *Heartland* ("Terra-Coração") de Halford Mackinder (1861-1947). O britânico Mackinder via a primazia do poder continental, representado pelo núcleo estratégico da Eurásia, centrado nas planícies polonesas e russas. Entendia ele – e Hitler



Halford Mackinder

parece ter concordado – que quem controlasse a *Heartland* controlaria a Eurásia e construiria as bases de um poder mundial incontestável. O conceito de Spykman divergia, entendendo que a *Rimland* (ou "anel interior") forma uma faixa entre a *Heartland* e a esfera oceânica exterior, podendo asfixiar as potências continentais e assegurar a hegemonia das potências marítimas. Bem absorvido pelos Estados Unidos e seus aliados, esse conceito, cuja ênfase está no Poder Marítimo, desenhou, na década de 50, sob o estímulo das convulsões havidas no Vietnã e na Coreia, a estratégia que resultou nos tratados acima comentados.

O comprometimento dos EUA com a região da antiga Indochina Francesa e os envolvimento norte-americanos com a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã e com a defesa de países do Sudeste Asiático, do Japão e de Taiwan encaixam-se nessa moldura estratégica asiática e explicam suficientemente as posturas norte-americanas na Ásia, consistentes com os fundamentos geopolíticos em que se baseia Washington para exercer globalmente o poderio americano. Toda a orla asiática banhada pelo Pacífico (*Pacific Rim*) e pelo Índico, do Extremo Oriente ao Oriente Médio, servindo às rotas marítimas estrategicamente mais importantes do globo, está incluída nas preocupações ocidentais presenteemente capitaneadas (com o respaldo de enorme poder militar) pelos EUA. E é nesse cenário, tendendo a ser o pólo econômico rival da hegemonia americana no século XXI, que se situam as rivalidades entre China e Japão, ameaçadoras da estabilidade regional e objeto deste estudo.

O FIM DA GUERRA FRIA E O CENÁRIO ASIÁTICO

Várias escolas de pensamento tentaram definir a essência da Guerra Fria. A escola "realista" defende que em nada esse con-

flito diferiu de outros em que se disputava um poder maior, fulcrado no poder dos Estados para fazer valer seus interesses. A escola crítica, "internalista", não caracteriza a Guerra Fria como uma disputa, mas sim como um mecanismo de que dispunham os blocos dominantes, o ocidental e o oriental, para controlar suas populações e atingir seus fins. Outra linha de pensamento entende que foi um confronto resultante do exagero das distinções ideológicas e de percepções históricas equivocadas. A escola da abordagem "intersistêmica" procurou defini-la como uma disputa entre sistemas sociais rivais que, sob um clima de ameaça de hecatombe nuclear mundial, procuravam prevalecer um sobre o outro.

O final do grande contencioso global parece ter mostrado que o que estava em jogo era a conformidade das sociedades e Estados em relação a certas normas e princípios distintos, todavia homogêneos e coerentes, tendo finalmente o sistema soviético capitulado às pressões a que ficou submetido por todo o mundo ocidental. Não houve sublevação de massas, nem confrontação efetiva de poderios bélicos (cujo emprego foi apenas potencial, para sorte do planeta Terra). Mas as sociedades do Leste, sob a liderança soviética, não conseguiram sustentar uma confrontação de poderes que, para ser bem-sucedida, teria que apresentar uma explosão de desenvolvimento na URSS ou contar com o fracasso do capitalismo. Não tendo ocorrido nem um nem outro, e tendo faltado sustentação econômica para manter os imensos gastos de defesa exigidos para continuar a confrontação, as lideranças soviéticas cederam e optaram pelas reformas, como a *Perestroika* (reforma econômica) e a *Glasnost* (recomposição do direito de expressão) de Mikhail Gorbachev. Ao adotá-las, tentaram preservar ao máximo possível o sistema político comunista e a influência

política soviética, mas os esforços nesse sentido não se sustentaram por muito tempo, levando à capitulação do comunismo soviético em 1991 e ao desmoronamento do Pacto de Varsóvia.

A perda do controle e as tentativas de reforma pelas lideranças soviéticas tinham a ver com três problemas inter-relacionados: a incapacidade de competir com os EUA na dimensão militar da terceira revolução industrial (contexto no qual o programa da "Guerra nas Estrelas" de Ronald Reagan foi uma espécie de xeque-mate, embora muitos analistas hoje comentem que era um grande blefe, irrealizável);



Reagan

os percalços cada vez maiores enfrentados no comando da economia, por sua incapacidade de inovar e sustentar os ní-

veis necessários de crescimento sob o regime socialista; e a constatação crescente, no seio da própria elite política soviética, de que o Ocidente ganhara de forma irreversível a dianteira, não só nas esferas política e militar, mas também no desempenho econômico – e, em particular, na capacidade de oferecer à sociedade ocidental os bens de consumo, a liberdade e o padrão de vida por ela ambicionados.

As conseqüências dessa insustentabilidade são conhecidas. A partir de 1989, os regimes comunis-

tas começaram a cair em sucessão: Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, Alemanha Oriental e outros, culminando o processo com a queda do muro di-



Gorbachev

visório de Berlim em 9/11/1989 – o que, para a maioria dos historiadores, marcou o fim da “cortina de ferro” e da Guerra Fria. Em dezembro de 1991 deu-se a renúncia de Gorbachev e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nas palavras de Douglass North, prêmio Nobel de economia: “Metade do mundo tornou-se socialista quando essa ideologia foi percebida como a onda do futuro. Partindo de um sistema de crenças não científicas para o desenho de instituições, a breve história da União Soviética é um testemunho da inviabilidade inerente a um quadro institucional inflexível no mundo complexo que estamos criando”.

Os sistemas oponentes, como já comentado, eram o capitalismo e o comunismo, e o colapso deste último encontra muitas explicações na vasta literatura

a respeito. As duas principais parecem ser: (1) o esgotamento econômico de um regime rígido e estatizante, eivado de ideias econômicas equivocadas e inadequadas à fermentação da prosperidade, agravado pelos dispêndios da corrida armamentista nuclear; e (2) o forte movimento mundial (patrocinado pelos Estados Unidos e seus mais fortes aliados) de propaganda de defesa do sistema democrático, tendo a liberdade como palavra-chave. A derrocada trouxe o comunismo à realidade de só sobreviver como regime de governo, nos dias presentes, em uns poucos lugares (Coreia do Norte, Vietnã, Cuba e, em transição, na China). No resto do mundo, em que pesem as matizes socialistas de esquerda que permeiam muitas sociedades e governos, prevaleceu o regime capitalista, embora isso não signifique que o capitalismo tenha gerado uma era de democracia global, nem permita supor que o modelo democrático ocidental irá prosperar sem adaptações – ou até mesmo

sem expressivas modificações –, em todos os países.

Especificamente no lado oriental, em face das influências históricas, culturais e do estágio de desenvolvimento de muitos países, essas adaptações ou alterações são bastante aplicáveis. O insucesso do modelo autoritário de esquerda não nos credencia a afirmar que a democracia nos moldes americanos e europeus seja a mais desejável, ou a mais adequada, ou venha a gozar de unanimidade entre Estados hoje capitalistas (ou em transição para o capitalismo) em regiões como o Oriente Médio e o Extremo Oriente. Formas alternativas de capitalismo, com maior ou menor dose de democracia, podem ser mais atraentes – ou mais adequadas – para algumas monarquias

Trouxe o comunismo à realidade de só sobreviver como regime de governo, nos dias presentes, em uns poucos lugares

do Oriente Médio e para antigas nações comunistas do Leste Asiático, como, por exemplo, a Rússia e a China (esta última ainda comunista, mas em transição para um “capitalismo socialista de mercado”).

Também não se pode afirmar que a ruptura do sistema de alianças que sustentava a URSS já encontrou sua recomposição final. Realinhamentos ainda parecem estar em curso na Ásia, não só sob o prisma geopolítico, como ainda sob a óptica das tendências em relação à potência hegemônica atual (os EUA) e às disputas pela hegemonia asiática (que, com as dificuldades enfrentadas pelo Japão, vem sendo definida em favor da China). Como, no Extremo Oriente, a expressão do antigo poder soviético deu-se de forma mais tênue do que no Leste Europeu, os realinhamentos foram menos pronunciados, mas o processo decorrente do fim da Guerra Fria convive com as disputas de poder e áreas de influ-

ência entre Japão e China; e algumas mudanças regionais importantes derivam da perda regional da influência soviética russa e da redução de seu suporte econômico-militar ao Sudeste e ao Nordeste Asiáticos.

O mapa do mundo, segundo Francis Halliday, manteve-se razoavelmente imutável desde o final da Segunda Guerra Mundial, apesar das dificuldades, dos separatismos e unificações que se delinearão pós-1945. Unificações e fusões tiveram lugar pela força ou pelas incertezas do pós-colonialismo (Palestina, Saara Ocidental, Timor, Tibet). Separação só ocorreu em 1971, no caso de Bangladesh, mas numa região em que o apartamento geográfico do ex-Paquistão Oriental já era iminente, fruto dos sucessivos conflitos entre Índia e Paquistão. A partir de 1989, porém, o término da Guerra Fria fez ressurgirem fusões e fissões. A fusão mais expressiva foi a das duas Alemanhas, podendo ser seguida (com atraso) pela fusão das duas Coreias e a das “três Chinas” (a continental, mais Taiwan e Hong Kong). A fissão, por sua vez, tornou-se o destino dos Estados multiétnicos do antigo sistema comunista (URSS, Iugoslávia, Etiópia, Tchecoslováquia), tendo como resultado o surgimento, no curto espaço de 20 anos – e não raro de forma conflituosa –, de vários novos Estados soberanos. Algumas tensões, ainda existentes em regiões da Europa, na África e no subcontinente indiano, poderão levar a novos desdobramentos no cenário pós-Guerra Fria, mas não tendem a afetar o contexto principal de nosso enfoque – cujo cenário pode, não obstante, sofrer abalos caso ocorram convulsões na península coreana, na questão chinesa que envolve a soberania de Taiwan ou nas disputas territoriais insulares entre Japão e China.

Muitos autores entendem que o término da Guerra Fria selou definitivamente o fim da era das rivalidades entre as grandes

potências, mas a evolução do cenário na Ásia permite supor a possibilidade de surgir um novo padrão de blocos interestatais em substituição ao antigo (que dividia o mundo em bloco ocidental e oriental), e que terá como centro a China. Sem dúvida é possível que esses novos blocos coexistam pacificamente, mas a nosso ver há que aguardar as posturas norte-americana e japonesa diante do extraordinário crescimento da China rumo a uma hegemonia continental na Ásia e, talvez, rumo à liderança de um bloco econômico capaz de se opor à hegemonia conquistada pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial. Na medida em que o crescimento chinês não venha a ser hostilizado pelo Ocidente nem pelo Japão (na condição de maior aliado oriental dos EUA), é possível que ele continue a se dar pela via pacífica, o que, decerto, é a opção preferencial chinesa. Caso contrário, ou caso a remilitarização do Japão – meta do governo nipônico – seja usada de forma hostil às ambições chinesas, o panorama asiático – e, em consequência, o do resto do mundo – pode ser convulsionado.

O Japão, mesmo sem poder contar – devido às restrições legais que lhe foram impostas pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial – com um grande aparato militar, cresceu gradativamente nas últimas décadas sob a proteção armada norte-americana, mas esse quadro tende a se modificar. De fato, o Japão tem sido desafiado a envidar esforços para remover as restrições constitucionais (e as legais, delas decorrentes) que o impedem de ostentar um poder militar compatível com seu porte de segunda potência econômica do mundo. E a nação japonesa, em que pese o pacifismo pós-Segunda Guerra Mundial que hoje nela predomina, já criou consciência da necessidade de robustecer suas forças de autodefesa para poder exercer papel mais atuante no equilíbrio regional, nas questões internaci-

onais e na defesa das vias marítimas vitais para sua economia. Mas é também fato que, no cenário asiático, já se encontra solidamente estabelecido o poder militar chinês, dotado inclusive de meios bélicos nucleares (bombas e seus vetores balísticos de alcance intercontinental), somente oponíveis pelo poder americano de mesma espécie, do qual o Japão gostaria de ser menos dependente no futuro. Acomodado sob o “guarda-chuva” protetor dos EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial, o Japão de hoje se ressentido da ausência de um Poder Militar mais expressivo e dissuasório, capaz de lhe conferir maior personalidade no concerto das nações.

Sob esse aspecto, é pertinente considerar a distinção que existe entre a situação européia e a asiática. A Alemanha também restou, como o Japão, militarmente cerceada como derrotada da Segunda Guerra Mundial, mas sob o manto protetor dos Estados Unidos (e com os enormes investimentos do Ocidente na sua recuperação) ostenta hoje a condição de terceira economia do mundo. Na Europa, o que se vislumbra hoje é uma provável hegemonia regional alemã, mas totalmente enquadrada na mentalidade e nos princípios da Comunidade Européia, gerando para a potência hegemônica mundial (os EUA) tão-somente os receios da competição econômica “pura” (isto é, isenta de confrontação de poderes bélicos), pois não se antevê na União Européia a disposição política para formar uma força armada efetivamente unificada e sob comando único. Não é o que acontece na Ásia. Tendo o Japão perdido (pelo menos no presente) a corrida da liderança continental para a China, não se pode dizer que a confrontação da hegemonia asiática chinesa com a hegemonia global americana estará isenta de peso militar, pois na verdade a RPC e os EUA são potências nucleares em campos

políticos opostos e propensos a uma formidável competição econômica. Mais a contento dos EUA estaria, certamente, a supremacia do aliado japonês na região, mas não é isso que tende a acontecer num horizonte visível.

A opção chinesa vem sendo pelo crescimento pacífico com vistas a sanar suas carências internas, não parecendo ser de seu interesse uma conturbação do cenário. Não obstante, a probabilidade de haver algum agravamento de contenciosos ainda existentes com o Japão e o com o Ocidente não é pequena. Há a questão da soberania de Taiwan, que a China não abre mão de considerar parte integrante de seu território; existem disputas territoriais a resolver entre China e Japão sobre ilhas do Mar da China e recursos naturais vizinhos; há fortes ressentimentos antijaponeses na região, resultantes do passado militarista e imperialista nipônico; existem carências de matérias-primas e petróleo, sempre servindo como estopins para agravar dissidências; existe o problema da aliança defensiva construída entre o Japão e os EUA, que vem sendo renovada desde sua origem no pós-Segunda Guerra Mundial, o que é motivo de forte desconfiança chinesa; e outras questões geopolíticas que, se mal-sucedidas no seu tratamento pela diplomacia, podem ter conseqüências indesejáveis. Nessa hipótese, é válido perguntar se estar-se-ia diante de uma possível reedição da Guerra Fria, colocando desta vez em pólos opostos os interesses dos EUA e da China, ambas potências nucleares. Como se comportariam a Rússia e o Japão diante desse grande problema geopolítico e geoeconômico? Particularmente o Japão, que posturas (políticas e militares) adotaria, em consonância com seus interesses nacionais e os de seu aliado principal do pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA? Que alianças seriam tecidas

na Ásia, em especial no Sudeste desenvolvimentista, diante disso?

Observa-se que os Estados Unidos vêm sendo, no pós-Guerra Fria, o referencial que respalda a segurança regional. Os norte-americanos têm grandes interesses mercadológicos na Ásia e continuam a dar grande relevância a certos compromissos de defesa assumidos no passado com o Japão, com a Coreia do Sul e com alguns países do Sudeste Asiático (Tailândia, Filipinas), após os desgastes políticos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, da Guerra da Coreia e da Guerra do Vietnã. Washington tem procurado persuadir seus aliados regionais a assumirem progressivamente maiores responsabilidades defensivas próprias, mas o crescimento militar da China, as rivalidades sino-japonesas e a hostilidade norte-coreana podem levar à aceleração de uma corrida armamentista na Ásia, caso os EUA precipitem seu desengajamento militar no continente. A estratégia americana provavelmente terá que procurar o ponto de equilíbrio dessas alianças, mantendo presença para o enfrentamento de situações específicas de deterioração da estabilidade regional (dentre elas Taiwan e a península coreana), mas sem despertar a sensação de perigo nos países menos simpáticos a essa presença (principalmente a China). Para a China, a aliança defensiva nipo-americana (que não exclui o problema taiwanês) e o compromisso estadunidense com a Coreia do Sul (potencialmente interferente no problema coreano como um todo) são questões motivadoras de desconfiança e de ponderações quanto ao desequilíbrio regional de poderes.

É importante lembrar que a aproximação, em 1972, entre o governo Nixon e a China de Mao Tsé-Tung, foi parte de uma grande estratégia norte-americana, que soube tirar partido dos históricos antago-

nismos entre a China e a URSS, abrindo o isolamento chinês e passando a contar com a China na contenção da ameaça soviética. Viabilizou-se assim a estratégia da *détente*, pela qual os EUA passaram a lidar com ambas as principais potências comunistas, mas divididas entre si. A bipolaridade passava a contar, de um lado, com a preponderância norte-americana, e do outro com a União Soviética defrontando-se, ao mesmo tempo, com o poderio americano e com o crescente poderio chinês. O fim do regime soviético em 1991, revelou, então, a prevalência dos EUA sobre seu maior adversário estratégico, a URSS, tornando a nação americana a superpotência hegemônica unipolar, e mostrou o surgimento da China como a última potência comunista. Passou a ser a China o grande competidor estratégico dos americanos, de vez que o aliado oriental capitalista dos EUA, o Japão, em face das dificuldades por que passou sua economia nos anos 80 e 90, vem perdendo a disputa asiática para o gigante continental; e também porque a Rússia, na transição pós-soviética e na adaptação a um novo regime político e econômico, sofreu acentuado declínio de posição e de poder na Ásia, regressando à condição de "país emergente". No presente, as relações sino-americanas do pós-Guerra Fria não mostram sintomas de deterioração iminente, mas podem se deteriorar com rapidez, dependendo da evolução dos contenciosos locais e das posturas (e ações) dos aliados dos EUA na área (principalmente do Japão, maior rival da China na Ásia de hoje).

Vê-se que o fim da Guerra Fria alterou marcantemente o *status* internacional da China e do Japão. A República Popular da China, uma vez afastada a ameaça soviética que lhe fazia concentrar toda a atenção na massa continental, pôde transferir seu centro de gravidade para a orla marítima,

do que resultou a maior inserção da RPC na dinâmica estratégica asiática. Com seu rápido crescimento e abertura para o exterior a China passou a integrar o amalgamento estratégico regional, que se viu centrado na principal potência continental e espraiado ao longo de um arco marítimo que vai do Japão a Mianmar, olhando para o Pacífico; e procurou conter radicalizações nacionalistas internas para moldar-se às regras do jogo internacional. Naturalmente, isso se opõe aos interesses japoneses, não só na disputa pela liderança asiática, como também na composição dos interesses comerciais que estimulam o processo de integração econômica da região. Surgem então, uma vez mais, os conhecidos interesses comerciais e estratégicos norte-americanos no cenário: a China é uma potência em contínuo crescimento econômico e militar, com uma preponderância regional a ser contida ou, pelo menos, controlada; e o Japão é o grande aliado dos EUA na área, constituindo a segunda economia do mundo, mas, por suas limitações, continua a necessitar da proteção americana para que o equilíbrio regional de poderes seja mais balanceado. Daí advêm muitas das pressões do mundo ocidental (e até de alguns países asiáticos) para que o Japão, além de seu peso financeiro, se reestruture militarmente para exercer maior representatividade política e militar na área (o que a China não vê com simpatia).

Nesse contexto, a China enfrenta alguns dilemas do poder. Trata-se dos já comentados contenciosos remanescentes no pós-Guerra Fria, principalmente os referentes à divisão das Coreias e, sobretudo, à questão de Taiwan, ambos envolvendo delicadamente os Estados Unidos e o Japão.

A Coreia do Norte isolou-se no seu regime comunista radical e somente conta com o apoio da China, que não pode deixar de amparar o regime norte-coreano; mas

também não pode a China incentivar a reunificação das Coreias pela força, pois sabidamente a reação americana poderia, em face dos laços existentes com a Coreia do Sul, levar à escalada de um conflito de conseqüências imprevisíveis. Em seu extremo isolamento, o regime norte-coreano torna-se um tanto imprevisível, produzindo e exportando armas, desenvolvendo tecnologia bélica nuclear e passando a ser um dos paradigmas dos *rogue states* ("estados párias") abominados pela política de Washington (que inclui a Coreia do Norte no assim chamado "eixo do mal", completado pelo Iraque da era Saddam Hussein e pelo Irã da era pós-revolução fundamentalista islâmica).

Taiwan é problema ainda mais sério, pois na visão chinesa é uma ilha rebelde e representa uma divisão de seu território; e, além disso, adotou um regime democrata pluralista (diferenciado do regime autoritário comunista da China continental), que não tardou em tecer alianças comerciais e políticas com os Estados Unidos e com o Japão, ao mesmo tempo em que se tornou um dos grandes investidores "externos" na economia chinesa. A China não aceita Taiwan como província separada, mas não dispõe de poder suficiente para retomá-la pela força, pois teria que enfrentar a ira americana (provavelmente com apoio japonês) e desencadearia um conflito naval no Mar da China, com preocupantes possibilidades de transformar-se em conflito nuclear (mais uma vez, com conseqüências imprevisíveis para a civilização). São ingredientes cuja fermentação – indesejável por todas as partes envolvidas, mas não impossível de ocorrer – pode vir a caracterizar uma nova Guerra Fria, embora o mundo atual não pareça disposto a reconhecer de imediato uma nova bipolaridade (EUA e China).

A Ásia do pós-Guerra Fria revela, portanto, um complexo panorama geopolítico

no qual sobressaem as relações comerciais sino-americanas, as relações militares nipo-americanas e as históricas rivalidades sino-japonesas. Parece-nos haver pertinência, portanto, em levar em conta esses múltiplos aspectos ao discutir a integração asiática neste início de século, razão pela qual alguns deles são abordados em maior detalhe noutros pontos deste trabalho.

Igualmente relevante se torna conhecer alguns aspectos da história do Japão e da China, bem como aspectos de suas políticas externas, apresentados a seguir para facilitar a compreensão do peculiar modo de ser e de pensar dessas nações orientais e de seus posicionamentos em face da potência hegemônica ocidental.

BREVE SÍNTESE DA HISTÓRIA DO JAPÃO

Por muitos séculos, o Japão, para os ocidentais, era desconhecido. A notícia que daquelas longínquas ilhas se tinha era a da misteriosa ilha de Cipango, citada por Marco Pólo, mas somente “descoberta” pelo ocidente pelo navegador português Mendes Pinto em 1542. Para os nipônicos, porém, seu pequeno arquipélago era o centro do mundo, e eles igualmente desconheciam a existência de outras terras. Um mundo, aliás, bastante diverso do ocidental, como registrou o jesuíta Alexandro Valignano em 1583: ali habitava um povo diferente em tudo. Polidos, asseados, gentis, ágeis no aprendizado da escrita e da ciência, modestos e frugais na alimentação, interessados na musicalidade dos sons, disciplinados e jamais se mostrando queixosos, em nada os japoneses lembravam a rusticidade do camponês europeu.

Composto por uma conjunção geológica formada por mais de 3 mil ilhas que se estendem ao largo da costa oriental do Oce-

ano Pacífico, vizinho da Rússia, da China e da Coreia, o Japão, com seu povo peculiar, apesar de suas modestas extensões geográficas e de sua pobreza em minerais, petróleo e metais nobres, veio a ser ao longo da história o primeiro da Ásia (e o único do mundo) a enfrentar econômica e militarmente, mais de uma vez, o poder das potências maiores. Entre 1931 e 1945 chegou a dominar um território de quase 5,5 milhões de km², povoado por mais de 450 milhões de pessoas. A mais plausível das explicações para esses feitos parece estar na conjugação de elementos tais como a determinação inquebrantável da elite imperial japonesa (a *genro*), as históricas qualidades de disciplina coletiva e de capacidade de trabalho do povo nipônico, a mentalidade militar da era dos *samurais* (inspirada no código de conduta e da honra, o *bushido*) e a ausência de uma mentalidade de subdesenvolvimento (o que nunca permitiu que prosperasse a subserviência ao colonialismo europeu, que marcou outros povos asiáticos).

Os japoneses costumam contar sua história a partir do período posterior à Era Paleolítica, denominado Era Jomon, que se inicia cerca de 5 a 8 mil anos antes da Era Cristã, ou seja, na Era Neolítica, ou da pedra polida. Era uma época de tribos que compartilhavam espaços comuns e viviam da caça e da pesca. Muito mais tarde teve início o conhecimento da cultura do arroz, que caracterizou a Era Yayoi, cerca de 200 anos antes de Cristo. O homem se fixou mais à terra. Migrações vindas do continente trouxeram o conhecimento dos metais, logo usados para instrumentos agrícolas e na confecção de armas brancas. A cultura agrícola gerou a divisão do trabalho e, com isso, as primitivas divisões de classes, pois os trabalhadores tinham líderes dirigentes. A Era Yayoi gerou, portanto, os alicerces de uma cultura agrária e tribal que formaria o Japão, na medida em

que germinou a formação de comunidades governadas que viriam a se tornar pequenos estados ou reinos, principalmente ao norte da Ilha Kyushu, uma das quatro principais do arquipélago japonês. Não tardaram a acontecer conflitos entre esses reinos, pacificados no ano 188 da Era Cristã por uma mulher, a Rainha Himiko, que logrou unificar diversas pequenas nações sob o reino de Yamatai. Com sua morte, novas guerras assolaram o reino, mas novo período de paz veio a ter lugar no século IV, com a consolidação do reino de Yamato, nas proximidades da atual província de Nara, na ilha central de Honshu. Esse reinado conseguiu dominar as nações de Kyushu, ao norte, as do vale do Rio Yamato (que deu nome ao reino) e as de Izumo. Os indícios históricos levam a crer que o rei de Yamato passou a ser denominado Tennô, ou Imperador, dando surgimento às dinastias dos imperadores japoneses. Em sua fase de esplendor, Yamato recebeu artesãos da China e da Coreia, bem como os ensinamentos confucionistas e budistas e a escrita em forma de ideogramas, o *kangji*, que vieram do continente.

O final do período Yayoi, portanto, marca o início do Japão como um Estado unificado, produto do esforço político de seus governantes. Seguiu-se o período Asuka, iniciado nos anos 600 d.C e marcado pela disseminação do budismo e pela imigração de monges, estudiosos e artistas oriundos principalmente da península coreana. Perdurou ele até 645 d.C, com a chamada Reforma Taika, que aboliu as propriedades privadas e enfraqueceu a aristocracia proprietária de terras, ao mesmo tempo em que resultava fortalecido o poder do Imperador. Os aristocratas tornavam-se funcionários do governo, modelo este que foi inspirado no então praticado na China.

O período seguinte (Era Nara) se inicia com a transferência da capital imperial para

a cidade de mesmo nome, em 710 d.C, e se caracterizou pela centralização governamental e burocrática, pelo crescimento do budismo (que se torna religião do Estado) e pelo florescimento das artes arquitetônicas e escultóricas. As relações com o continente se intensificaram. Por mais de dois séculos, frágeis embarcações safam de Naniwa (hoje Osawa) para o continente, de onde traziam a cultura mais avançada e também imigrantes coreanos, chineses, indianos e persas.

O fortalecimento dos monges budistas como classe interferente no governo saturou o regime, levando a nova mudança de capital. A cidade escolhida foi Heian (hoje Kyoto, cidade símbolo do poder da família imperial japonesa). O período Heian estendeu-se desde essa mudança, em 784 d.C, até 1192, e caracterizou um rompimento com o sistema e as influências chinesas, moldando no Japão uma forma mais nativa e autêntica de existir, que incluía a restauração e a sofisticação da cultura ao estilo nipônico mais puro. Grandes transformações, porém, ocorriam no campo. As terras estatizadas entraram em colapso econômico, voltando a existir as propriedades fazendárias privadas que dificultavam as ingerências governamentais na economia agrária. Aí têm origem as primeiras intervenções armadas do governo, inclusive para combater tribos do norte que atacavam as propriedades. Surgiram os soldados profissionais do governo, recrutados dentro dos clãs e dentre os simpatizantes dos governantes. Esta é a origem dos *samurais*, denominação dada a esses combatentes, que exerciam o comando militar das forças governamentais.

Acumulando poderes e força militar, os *samurais* vieram a progressivamente se instalar no governo, por meio do clã Taira, a partir de 1167. Duas famílias das classes guerreiras, Heike e Genji, uniram-se a mem-

bros da família imperial pelo casamento, mesclando o sangue para conquistar o poder. Teve início, assim, a era dos *samurais*, que se estenderia até o ano 1600. O clã Heike foi o primeiro a se firmar no poder, mas as disputas com o clã Genji foram intensas, terminando com o extermínio de todos os chefes Taira e o triunfo dos Genji.

Com os Genji no governo teve início o período dos xoguns, que durou quase 700 anos. O xogum era um título outorgado pelo Imperador a um guerreiro de sua maior confiança. Alguns assumiram grandes poderes, como foi o caso de Kamakura, que em 1192 passou a exercer um poder paralelo ao imperial, como se de fato fossem dois governos independentes. O Imperador (*tennô*) e o comandante militar (xogum) foram as personalidades políticas predominantes em grande parte da história do Japão medieval, época em que não existia centralização política e administrativa expressiva, mas sim uma espécie de separação entre aquele que representava o poder divino (o *Mikado*), emanado da Deusa do Sol, e o que exercia o poder secular, o governante de fato, instalado no *bakufu*, a residência oficial do xogum. Com o advento dos xogunatos iniciava-se um novo enfraquecimento do poder do Imperador, inclusive porque os xoguns consolidaram os poderes da classe samurai nos diversos feudos. Os feudos, cada vez mais auto-suficientes, afastam-se do poder central, mas não tardaram a ter início novas lutas entre pequenas regiões, em busca da supremacia política. A classe guerreira se fortalece e são criados os códigos e regulamentos que norteavam as guerras e as relações entre esses poderosos senhores, surgindo o *bushido*, código moral e de honra dos samurais, que até hoje tem fortes vestígios na sociedade japonesa.

As lutas internas desgastaram o poder central dos xoguns, o que foi agravado



Gêngis Khan

pelas tentativas mongóis (Gêngis Khan e seus sucessores) de invadir o Japão, já no século XIII. Tiraram proveito disso os partidários da restauração dos poderes do Imperador, tentada em 1221 e em 1331, desta vez com o apoio de *samurais* descontentes, mas o *xogunato* do clã

Ashikaga consegue manter-se no poder por longo tempo ainda. As guerras internas e a desordem se espalham, até que, no limiar dos anos 1600, o General Nobunada Oga, com o auxílio de Tokugawa Ieyasu, consegue derrotar sucessivamente os oponentes e reunificar o Japão, apoiado por armas de fogo trazidas pelos portugueses.

A casta dominante dividia-se entre os cortesãos fiéis ao Imperador, sediado em Kioto, e os guerreiros samurais obedientes aos xoguns. Sob os xogunatos, o povo vivia segmentado em rígido sistema social hierárquico, em cujo topo estava o chefe militar (teoricamente abaixo do Imperador e sua corte), seguido pelos senhores feudais e samurais; e abaixo destes os camponeses, os artesãos e os mercadores.

O último xogunato começou em 1603, sob o clã Tokugawa. Teve lugar nova mudança de capital, desta vez para a longínqua Edo (a futura Tóquio), distante dos centros aristocráticos. O poder central é novamente fortalecido, os ânimos internos são contidos e o Japão experimenta um longo período de paz, que os historiadores denominam "Pax Tokugawa". Medidas duras para a reconstrução do país são tomadas, incluindo a proscrição do cristianismo (que penetrara no país por meio dos



mercadores ocidentais, desde o desembarque de São Francisco Xavier, em 1545) e a expulsão de comerciantes estrangeiros (portugueses e espanhóis). Os portos são fechados a todos os navios estrangeiros, exceção aberta aos holandeses e chineses. O Japão volta a se fechar para o mundo, em busca de estabilidade, da autenticidade de costumes e da uniformização religiosa, tolerando o budismo e o confucionismo, mas instituindo o xintoísmo como religião nacional. Apesar desse isolamento o comércio interno cresce, as cidades se desenvolvem, surge uma burguesia, a agricultura se expande, difundem-se os meios de transporte, a cultura é mais disseminada e as escolas deixam de ser privilégio da nobreza. Os comerciantes têm sua presença na sociedade valorizada pela unificação de um mercado nacional, enquanto que, fruto do próprio progresso alcançado em tempos de paz, o prestígio dos samurais e do xogunato entra em declínio. Cerca de dois séculos marcarão, então, o novo isolacionismo japonês (1600 a 1868). O período Edo, porém, nos dois séculos e meio que antecederam à Restauração Meiji, legou para o futuro uma importante estabilidade e uma política de unificação.

No Ocidente, as revoluções civis, como a francesa e a americana, mudam as sociedades e consolidam o capitalismo. O mercado japonês, que desde o século XVIII vinha sendo tentado por ingleses e russos, permanece impermeável, contrariando a busca ocidental por novos mercados. Em 1853, um emissário do governo americano, comodoro Mathew Perry, leva ao Japão uma mensagem pedindo ao xogum Tokugawa o fim do isolamento. A integração da Califórnia aos Estados Unidos, em 1848, abriu para os americanos as rotas do Pacífico em direção à Ásia, tornando um objetivo estratégico contar com a abertura dos portos japoneses ao comércio dos EUA. A imagem do USS *Mississippi*, seu navio capitânia, adentrando a baía de Tóquio, seguido de três outras belonaves a vapor armadas com poderosa artilharia, intimidou os japoneses, que de nada dispunham para detê-los. A mensagem, na verdade um ultimato, logrou êxito, sendo reabertos os portos; mas essa decisão enfraqueceu o xogunato perante os senhores feudais contrários à medida. Não tardaram outras intimidações, vindo também a ser assinados tratados com a Rússia czarista e com o império britânico. Caiu o prestígio do governo, por ter capitulado às imposições externas. A nação indignou-se com os tratados firmados sob a mira dos canhões (a "diplomacia das canhoneiras"). A secular sensação de segurança esvaiu-se. Tokugawa Yoshinobu, o último do clã, renunciou em 1867. A família imperial finalmente consegue prevalecer, extinguindo-se o último xogunato e restabelecendo-se os poderes do Imperador, cujo poder simbólico torna-se efetivo e faz ressurgir a crença no mandato divino. A corte imperial se transfere para Edo (hoje Tóquio); e os primeiros passos para a integração Ásia-Pacífico estavam dados.

Tem início a era do Japão moderno com a posse do jovem Imperador Matsuhiro, que adotou o nome Meiji-Tenno. É a época da Restauração Meiji, que abraça uma total

reestruturação do país e promove mudanças radicais, como a extinção da classe dos samurais. Em 1877 o exército imperial sufoca uma rebelião de samurais insurretos, nela perdendo a vida o último e emblemático samurai, Saigo Takamori. Em 1890, uma constituição nos moldes da alemã é adotada no país, estabelecendo objetivos de abertura política, fim dos privilégios, abolição do sistema feudal, reforma dos costumes e busca do conhecimento. Os setores industrial, político e social são modernizados. A pressão internacional consolida aberturas ao exterior. A mudança de século, porém, revela novos problemas. O excesso de população urbana já começa a gerar movimentos migratórios de japoneses para outros países em busca de oportunidades de trabalho, inclusive para o Brasil, onde os primeiros imigrantes começaram a chegar em 1908.

A Restauração Meiji é um marco de extraordinária importância na história do império nipônico. Além de marcar a grande transformação interna das instituições, ela assinala o fim de um período de séculos de lutas intestinas e o desatrelamento final do Japão do medievalismo, passando de um Estado feudal para um Estado moderno; revela as mudanças em busca de um desenvolvimento capitalista mais aberto ao mundo externo, tirando o país da clausura isolacionista em que se encapsulava durante muitos séculos. Revela também as consequências dramáticas da transição do trabalho campesino para o industrial; e traz o Japão para o contexto real das relações internacionais, levando-o a colocar na balança os interesses estratégicos japoneses e os de outros países.

Pode-se mesmo dizer, num esforço de síntese, que os períodos Edo e Meiji, que abrangem o período de cerca de 1600 até o início dos anos 1900, resumem a época fundamental de toda a transformação por que passou a sociedade japonesa, saindo de uma estru-

tura marcadamente feudal para uma outra, moderna e capitalista, todavia sem perder o culto e o respeito às tradições nipônicas. De fato o colegiado aristocrático, que cercava e aconselhava o imperador, conduziu a transição de forma notável, partindo da premissa de que, acossado pelos interesses de poderosas potências, o Japão só tinha um caminho digno a seguir: transformar-se em uma potência oriental, um Estado forte, industrializado, instruído e unido de forma a impedir a dominação a que se haviam submetido a China, a Indochina e a Indonésia. A absorção de tecnologias alienígenas recebeu alta prioridade, por ter sido a tecnologia ocidental identificada como o cerne de sua superioridade. Essa visão do regime imperial japonês é de grande significado no entendimento dos rumos que o Japão veio então a tomar. O cavaleiro da espada foi substituído pelo cavaleiro da indústria, o *zaibatsu*.

As questões internacionais não tardaram em mostrar seu peso. Tentando estabelecer relações comerciais com a Coreia, o Japão encontra a oposição chinesa, que a via como parte de seu território e dela cobrava tributos. Esses desentendimentos levam o Japão à sua primeira experiência belicista externa, guerreando e vencendo a China (1894-1895), para surpresa do mundo ocidental, na primeira guerra sino-japonesa. O sentimento nacionalista japonês e o fortalecimento de seu militarismo são ingredientes marcantes dessa época. O expansionismo japonês ganha força. O passado feudal das lutas internas estava definitivamente substituído pela nova realidade das confrontações com outras nações, mas o espírito do *bushido* mostrava-se vivo.

Outro contencioso resolvido pelas armas logo aqueceu o cenário asiático. Japão e Rússia nutriam ambições sobre a península coreana e a Manchúria. Os japo-



Almirante Togo

neses não esqueciam a perda de Porto Arthur para os russos, que viabilizou a presença de tropas do czar na Manchúria. Fracassados os entendimentos diplomáticos, a guerra deu continuidade à política

por outros meios, como previu Von Clausewitz: forças japonesas tomaram Porto Arthur em 1904, e a Marinha japonesa, sob o comando do Almirante Togo, derrotou a esquadra russa na famosa Batalha Naval de Tsushima. Das 38 belonaves russas que adentraram o Estreito de Tsushima na manhã de 27 de maio de 1905, 27 haviam sido afundadas ou capturadas pelos nipônicos ao entardecer do dia seguinte, surpreendendo os russos a mobilidade e o poder de fogo dos navios japoneses. Foi enorme a repercussão do feito, que inclusive debilitou o prestígio do regime czarista russo e iniciou sua queda, concretizada na Revolução Russa de 1917. A mediação de Roosevelt (presidente dos EUA) encerrou o conflito, tendo o Tratado de Portsmouth sido firmado com a entrega ao Japão da parte sul das Ilhas Sacalinas, Porto Arthur e concessões ferroviárias na Manchúria, além de ser reconhecido o protetorado japonês sobre a Coreia, pouco depois anexada (permanecendo dominada pelos japoneses de 1910 a 1945, quando foi libertada pela derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial).

As guerras sino-japonesas e russo-japonesas evidenciavam com clareza a determinação com que o Japão, já espremido pela alta densidade demográfica e por carências de insumos estratégicos diversos,

lançava-se a guerras de conquista, em busca dos materiais necessários ao seu crescimento. Ao término dessas refregas o Japão firmava-se como a potência mais influente e militarmente mais poderosa da Ásia, com respaldo numa surpreendente evolução de poder bélico naval e terrestre. Era um prenúncio de atitudes futuras.

O Imperador Meiji morreu em 1912, tendo como sucessor Yoshihito, o Imperador Taishô. É sob seu governo que o Japão participa da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em respeito a tratados firmados com a Inglaterra; mas sua atuação limitou-se a lutas contra as colônias alemãs estabelecidas no Leste Asiático, área de seu interesse estratégico (e também dos britânicos). No tratado de paz firmado em Paris em 1919, o Japão obteve a posse de todas as ilhas do Pacífico Norte, antes ocupadas pela Alemanha. As ambições territoriais do Japão foram novamente satisfeitas pelas armas, mas os japoneses não lograram ver sua proposta de tratamento de igualdades raciais aceita pelos aliados ocidentais, que sempre os discriminavam como inferiores. Os norte-americanos já começavam a ver o militarismo, o nacionalismo e o expansionismo dos "amarelos" orientais como preocupantes. Esse parece ter sido o principal motivo da deterioração das relações entre o mundo nipônico e o mundo ocidental, atingindo o orgulho nacional japonês, com sérias consequências posteriores (que iriam desaguar na Segunda Guerra Mundial).

O período Taishô revelou nova fase de grande progresso japonês. O Japão monopolizou o mercado asiático, afastando a intromissão dos europeus, debilitados pela guerra de 1914-1918. A indústria naval japonesa capitalizou-se e passou a produzir grande quantidade de navios (mercantes e de guerra). Os produtos industrializados, anteriormente de origem alemã, conquistaram mercados. O mercado asiático de fia-

ção e tecelagem, antes dominado pelos ingleses, passa às mãos japonesas. Os grandes bancos japoneses surgem como decorrência do crescimento industrial. Mas a recuperação européia no pós-guerra e as conseqüências da crise financeira de 1929, geradora de catastrófica depressão mundial, afetaram seriamente a economia japonesa, que começou a mostrar debilidades.

Em 1926 findou a Era Taishō, este sucedido pelo Imperador Hiroito. Na década de 30 a população alcançara os 65 milhões, duplicando em menos de um século. A fome, a miséria e o desemprego vêm ao cenário. Os produtos japoneses perdem espaço nos mercados. A recessão mundial de 1929 provoca emigrações. As carências de matérias-primas entravam o desenvolvimento industrial do Japão. Novamente as idéias nacionalistas e militaristas, defendendo a expansão territorial japonesa e a centralização do poder imperial como soluções, vêm à tona. O Japão obriga a China a assinar tratados econômicos e políticos injustos e, em 1931, em razão de um incidente provocado (a explosão de uma estrada de ferro japonesa no continente), forças japonesas invadem a Manchúria, tornando-a uma espécie de Estado vassalo; e bombardeiam Shangai, alegando ser dos chineses a culpa pela sabotagem. Hiroito é levado a essas ações agressivas contra sua vontade pessoal, forçado pelo ultranacionalismo nipônico, e muitos analistas consideram que o primeiro tiro do que viria a ser a Segunda Guerra Mundial foi dado pela invasão japonesa da China em 1931. Em 1933, o Japão abandona a Liga das Nações, em protesto contra as críticas às suas agressões e ao seu expansionismo continental.

O ano de 1937 testemunha a segunda guerra sino-japonesa. Forças nipônicas ocupam quase todo o litoral da China e são acusadas da prática de severas atrocidades contra as populações civis chinesas.

Esse conflito continuou até o final da Segunda Guerra Mundial, sem rendição chinesa. O próximo passo do expansionismo japonês visava o Sudeste Asiático, tendo ocorrido a ocupação do Vietnã e a assinatura de pactos com a Alemanha e a Itália, já então delineando o cenário nazi-fascista da Segunda Guerra Mundial e a composição do Eixo Alemanha/Itália/Japão, que os aliados ocidentais iriam combater. Afetados seus interesses, os EUA decidiram por um boicote ao Japão, forçando a suspensão das vendas de matérias-primas, insumos industriais e petróleo ao império japonês. O Japão é atingido no seu calcanhar-de-aquiles. Falham as tentativas diplomáticas de acordo com os americanos, sendo irreduzíveis as posições do Presidente Roosevelt. O Japão captura refinarias na Indonésia e arrisca. A opção pela guerra é novamente a escolha japonesa.

A concepção estratégica japonesa, à época, parecia calcar-se no estabelecimento de "anéis de segurança" para sua defesa, o mais interno compreendendo as ilhas japonesas, parte do sul da China (Manchúria) e a península coreana; um intermediário abrangendo Cingapura, Tailândia e parte do Sudeste Asiático, fontes de matérias-primas; e um mais externo, adentrando o Pacífico e chegando até a Nova Guiné – o que trazia a necessidade de neutralizar o poder naval norte-americano sediado nas ilhas havaianas.

Amanhecia o dia em Pearl Harbour, no Havaí, quando, em 7 de dezembro de 1941, a aviação japonesa ataca a base naval americana ali sediada. Poucas horas depois o Japão declara guerra aos Estados Unidos e à Inglaterra. Nos meses seguintes, as forças japonesas desembarcam em vários pontos do Sudeste Asiático e em ilhas do Pacífico. A Segunda Guerra Mundial, que até então era disputada contra os alemães e italianos, vê o peso da entrada dos Esta-



Imperador Hiroito

dos Unidos e do Japão no conflito. A partir de 1942, todavia, as forças aliadas começam a derrotar as forças alemãs e italianas na Europa e no norte da África, e começam a retomar gradualmente dos japoneses as terras conquistadas. A Marinha Imperial nipônica, guardiã do anel de defesa mais externo do Japão, começa a se debilitar. O Poder Naval americano vai se impondo no Pacífico. Em abril de 1944 tropas de fuzileiros navais americanos desembarcam em Okinawa. A derrocada japonesa tornava-se evidente, mas o espírito do *bushido* não contempla a rendição. Podendo o conflito vir a perdurar por mais tempo, sacrificando muitas vidas americanas nas ilhas tomadas pelo Japão, os norte-americanos tomam, em agosto de 1945, a terrível decisão de inaugurar a era da guerra atômica, com o lançamento de duas bombas nucleares, uma sobre Hiroshima e outra, três dias após, sobre Nagasaki. A imensa destrui-

ção causada por essas armas leva o Império do Sol Nascente a render-se, incondicionalmente, em 2 de setembro. O Imperador Hiroito assina a rendição a bordo de um encouraçado americano, contabilizando mais de 1.800.000 mortos japoneses e 40% de suas cidades arrasadas. A Baía de Tóquio encena nova humilhação para os nipônicos, como já ocorrera em 1853. Concretizava-se assim a previsão do valoroso Almirante Yamamoto, que dissera que o Japão poderia usufruir seis meses a um ano de liberdade de movimentos no Pacífico, mas em seguida o petróleo do Texas e o potencial industrial dos Estados Unidos alimentariam uma irresistível contra-ofensiva americana. Já estando vencidas a Alemanha e a Itália na Europa, termina a Segunda Guerra Mundial.

As forças aliadas ocuparam o Japão, sob o comando do General Douglas Mac Arthur. O período de ocupação vai até 1951, reconstruindo o país e trazendo-o de volta ao caminho da modernidade. Uma nova Constituição, que inclusive cerceou drasticamente o poder militar japonês (com seqüências até os dias atuais), foi imposta aos nipônicos. Em seu artigo 9, vigente desde 1947, reza ela: *Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes. In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized.**

* N.R.: Tradução livre - O povo japonês para sempre renuncia à guerra como direito soberano da nação e à ameaça do uso da força como meio de decisão em disputas internacionais, na aspiração sincera da paz internacional baseada em justiça e ordem. Para efetivar este propósito, forças de terra, mar e ar não serão empregadas para fomentar guerras. O direito de belligerência de um Estado não será reconhecido.

Como se vê, o Japão renunciou ao uso do Poder Militar e abriu mão do soberano direito de recorrer à guerra, deixando de ser um “estado normal”. Mas não tardaram acontecimentos graves: a Guerra Civil Chinesa (que resultou na vitória dos comunistas em 1949 e na perda, pelos EUA, de sua presumida aliada, a China, para conter o avanço comunista na Ásia) e a Guerra da Coreia (que em 1950 forçou os americanos a retirarem tropas de ocupação do Japão para combater na península coreana). Essas mudanças de cenário levaram à flexibilização diante do Japão, que passou a usufruir o direito de ter forças de autodefesa (*Japan Self-Defense Forces*), entendidas como limitadas o bastante para não se constituírem em ameaça de guerra.

Neutralizado o poder imperial japonês com a derrota, prevaleceu o regime democrático, e em dez anos o Japão já dava mostras de grande recuperação. Algumas décadas foram necessárias para reassumir posição entre os países desenvolvidos, mas o denodo japonês venceu as dificuldades e, assimilando as técnicas americanas de qualidade, produtividade, processos industriais e métodos administrativos, os produtos japoneses voltaram a ganhar o mercado mundial, logo sendo reconhecida a economia japonesa como a segunda do mundo, a partir do grande impulso econômico do pós-guerra. Em 1989 o povo japonês manifestou grande dor com a perda de Hiroito, que conduziu com dignidade a recuperação da nação derrotada no conflito mundial.

Em apenas 50 anos de sua longa existência, o Japão guerreou com todas as potências: a China por duas vezes, a Rússia (em 1904 e em 1945), o Império Britânico (de quem tomou Hong Kong, Malásia e Birmânia entre 1940 e 1945), a França (ocupando a Indochina Francesa em 1940), a Holanda (ocupando a Indonésia de 1940 a 1945) e os

Estados Unidos (1941 a 1945). Todavia, sua ambicionada esfera de prosperidade e hegemonia, que requeria o domínio de grande parte da Ásia, desmoronou na Segunda Guerra Mundial, pela qual pagou alto preço. Mas o Império do Sol Nascente não desistiu, reerguendo-se e tornando-se peça de grande importância na estratégia norte-americana do pós-guerra, principalmente na contenção do crescimento do poderio do comunismo na União Soviética e na China.

O Japão moderno, que hoje tem no topo da família imperial o herdeiro Akihito, é um país consciente de suas limitações territoriais e de suas dependências externas de matérias-primas, mas não ostenta, pelo menos no presente, posturas semelhantes às que o levaram a tantos conflitos, buscando prioritariamente os intercâmbios comerciais e culturais como impulsores de sua política externa. Seus produtos estão no mercado mundial ostentando notável avanço tecnológico e, não raro, detendo tecnologias de ponta na sua produção. Mas o crescimento da China como futura potência econômica asiática, os ressentimentos que ainda grassam no continente em razão das agressões japonesas do passado, a situação de Taiwan, a da península coreana dividida, as disputas territoriais e outros fatores geopolíticos vêm levando o governo japonês a negociar algum relaxamento das restrições que, como derrotados da Segunda Guerra Mundial, os japoneses tiveram que aceitar.

Entre elas, o Japão propugna pela redução das severas limitações de poderio militar que lhe foram impostas; e pela flexibilização, também decorrente de imposição constitucional, do limite de gasto de apenas 1% do PIB em armamentos. Embora esse percentual aparentemente pequeno seja, na verdade, uma grande soma (pois o PIB japonês é gigantesco), a tendência é que o lado ocidental vencedor da guerra

contemple os anseios japoneses, mesmo porque é do interesse estratégico norte-americano contar com o bastião japonês no Extremo Oriente (o que se mostrou útil na Guerra Fria e deverá mostrar-se útil em face do crescimento chinês). A prevalecer essa hipótese, o Japão realizará as necessárias modificações legais e, progressivamente, reformulará suas forças de autodefesa de modo a se tornarem forças armadas expressivas e compatíveis com a significação estratégica do país. Esses objetivos nacionais, que visam refazer do Japão um *normal state*, obviamente não contam com a simpatia chinesa.

O Japão do pós-Segunda Guerra Mundial e do pós-Guerra Fria voltou a surpreender o Ocidente. Renascendo dos escombros, adaptando-se rapidamente aos padrões ocidentais de produção e absorvendo velozmente tecnologias, tornou-se a segunda potência econômica do mundo, com um PIB que se aproxima de 5 trilhões de dólares e com uma renda nacional das mais elevadas do planeta. Falta-lhe recompor seu poderio bélico, o que acontecerá no devido tempo.

Decerto tudo isso não teria sido possível se não fosse a extraordinária tenacidade de seu povo; e essa mesma tenacidade deverá manter acesa a disputa pela expansão de áreas de influência na Ásia, que presentemente caracteriza as posturas estratégicas chinesas e japonesas na região.

O BUSHIDO

É oportuno abrir parênteses para melhor entender o *bushido* (mencionado algumas vezes no texto precedente) e suas influências sobre a sociedade japonesa.

O período feudal da história nipônica (1192 a 1868) é aproximadamente o mesmo em que prevaleceu o prestígio da classe dos samurais no país, que durou cerca de

sete séculos. Naquela época, essa elite guerreira exercia papéis destacados junto aos senhores feudais, os *daymio*, a eles servindo como guardiões do poder e como chefes das milícias que defendiam seus interesses. Os trajes, armaduras e armas que usavam, sempre duas espadas, uma longa (*katana*) e outra mais curta (*wakisashi*), eram símbolos de um grupo seletivo, regido por um inabalável e rígido código de honra, o *bushido* (que, literalmente, significa "o caminho do guerreiro"). A lealdade, a coragem, a justiça, o espírito de auto-sacrifício, a humildade, a austeridade, a sabedoria e a honra eram os atributos principais no desempenho das obrigações e na intransigente defesa da própria reputação e da dos seus ancestrais.

O *bushido* tem suas bases nos conceitos religiosos do xintoísmo, do budismo e do confucionismo, religiões e filosofias orientais que pouco conhecemos no Ocidente. Do xintoísmo, absorveu os princípios da lealdade, do patriotismo e a reverência aos antepassados, sendo que o patriotismo vê o *Nippon* (Japão) como residência sagrada, a ser protegida e reverenciada. Do budismo, herdou o destemor e o desapego diante do perigo e da morte, conseguidos por meio de intensa meditação zen. Do confucionismo veio a crença nos valores da família, no dever filial, nas relações hierárquicas entre senhor e servo, na honestidade, na boa conduta social. No contexto de todas essas influências reside também a valorização da sabedoria, tanto mais pronunciada quanto mais os *samurais* se aproximaram da nobreza, fazendo com que o *caminho do guerreiro* se tornasse o caminho da espada e da pena, levando o *samurai* a dominar tanto a arte da guerra como a da leitura da história, do conhecimento e da apreciação das artes.

O término da era feudal japonesa na segunda metade do século XIX trouxe, como

não poderia deixar de ser, transformações socioeconômicas que contribuíram para a progressiva perda da força e da presença dos samurais, mas isso não apagou, no estilo de vida e na maneira de pensar dos nipônicos, aqueles princípios e influências do *bushido*, que em grande parte explica o forte caráter, a grande força interior e a persistência do povo japonês, manifestadas de forma nítida nas épocas subseqüentes. A cultura japonesa de hoje ainda preserva as atitudes e posturas peculiares daqueles antepassados, que se sedimentaram em tempos medievais e permanecem vivas até o presente. Isso se manifesta até mesmo na escolarização da moderna criança japonesa, refletindo nos programas educacionais as práticas milenares das habilidades guerreiras (*kendo*, *kyudo*, *jiu-jitsu*, *aikido* são técnicas de luta corporal desarmada, regularmente praticada nas escolas) e o cultivo da reverência à pátria, da lealdade ao imperador, do senso de justiça, da valorização da cultura e da arte.

A defesa do solo pátrio e a preservação dos interesses do império destacam-se, nesse cenário, como valores bastante arraigados do povo japonês, que não descarta o auto-sacrifício no exercício desses deveres tradicionais. Um exemplo relativamente recente pode ser obtido da fase final da Segunda Guerra Mundial: diante do progressivo avanço do Poder Naval norte-americano no teatro do Pacífico (infringindo pesadas perdas, no anel de defesa externo do Japão, à até então poderosa esquadra japonesa), os pilotos da aviação nipônica embarcada em seus navios-aeródromos não hesitavam em decolar – após cumprir todo um ritual tipicamente *bushido*, como se *samurais* fossem – para missões suicidas (*kamikase*), jogando suas aeronaves contra os costados das belonaves americanas. Outro exemplo pode ser encontrado nas campanhas de retomada, pelos norte-ameri-

canos, das ilhas do Pacífico ocupadas por forças japonesas que, bradando *banzai!*, lutavam até o último homem (em Tarawa, dos 5 mil japoneses combatentes somente oito sobreviveram).

Entender essas tradições e valores é requisito indispensável para entender o Japão, o povo japonês e sua forma de agir e pensar. Os aspectos morais, éticos e valorativos da cultura japonesa vêm sobrevivendo aos séculos, pois mesmo após a chamada Restauração Meiji (1867/1912) – que caracterizou a abertura do Japão ao Ocidente após muitos séculos de isolamento – o sistema tradicional japonês não desapareceu de todo, preservando a essência cultural nipônica. Pertencem a essas tradições a persistência e a dedicação aos objetivos a alcançar; o treinamento mental (autodisciplina, *shuyo*), como definidor e aperfeiçoador do ser; a ênfase ao treinamento para gestos e atitudes individuais, sociais ou políticos; a observância dos rituais, que visam encontrar a forma mais esmerada de se fazer algo (até mesmo para tomar o chá); o respeito à hierarquia nos ambientes familiar, social, no trabalho, na administração dos negócios e nas funções governamentais; e a veneração à família imperial nipônica.

A disciplina sobressai como uma questão central da cultura japonesa. Ela é, para os nipônicos, a forma correta de realizar as conquistas das metas e dos prazeres da vida. Desenvolvida desde cedo no ambiente familiar e escolar, a disciplina se propaga ao longo da vida para todos os campos da atividade humana. O sentimento de dever não recebe tratamento diferente: há deveres considerados perenes enquanto se vive, como a lealdade ao imperador (*chu*), o dever junto aos pais e ancestrais (*ko*) e as obrigações diante do trabalho (*nimu*). O fracasso no cumprimento dos deveres, ou na observância da etiqueta japonesa, é

motivo de vergonha, que pode até resultar na discriminação social do indivíduo (ou no suicídio – *harakiri* – por falhar em cumprilos, ou por desonra). A intensa dedicação ao trabalho é profundamente enraizada na sociedade, atributo que advém da filosofia confucionista, chegando a provocar alguma supressão da vontade de desfrutar do lazer.

Essas tradições e costumes são cultivados no sistema de ensino, que prioriza a formação escolar como um atributo formador da boa qualidade do povo. É constatável que quase 100% das crianças japonesas completam o ensino elementar e o médio, que são obrigatórios e sempre voltados para o rendimento coletivo, buscando igualar competências (o que só se modifica por ocasião do acesso às universidades, que é seletivo e gratifica apenas o indivíduo mais preparado, impedindo assim a deterioração de nível do desempenho e do ensino acadêmicos).

O Japão de hoje permite que se constate que, apesar da ocidentalização do pensamento econômico e da freqüente interação moderna com o mundo ocidental, as peculiaridades da sociedade japonesa, de certo modo derivadas do *bushido* dos *samurais* de tempos feudais, diferenciam o povo japonês na Ásia. Essas singularidades permanecem vivas, explicando, em muitos casos, as atitudes da sociedade e do governo em relação a problemas das mais variadas naturezas, inclusive nas posturas da diplomacia e dos dirigentes do Estado nas relações internacionais. Tais características estarão influenciando a sociedade japonesa na disputa pela hegemonia asiática, que ao longo do século XXI colocará a China e o Japão em permanente competição nos campos sociopolítico e socioeconômico; e poderão influenciar o modo pelo qual o governo e a sociedade nipônicos irão conduzir o

tratamento das rivalidades sino-japonesas. Não necessariamente isso irá contemplar atitudes belicistas, mas certamente compreenderá posturas enérgicas, e muito provavelmente com o robustecimento do poder militar japonês, a partir da transformação de suas forças de autodefesa em forças armadas de porte compatível com a importância estratégica do Japão.

BREVE SÍNTESE DA HISTÓRIA DA CHINA

A projeção da China no cenário internacional e sua competição com o Japão em busca da predominância de influências na Ásia recomendam, para melhor compreensão do fenômeno geopolítico em curso naquele continente, uma revisão da evolução histórica do que era conhecido como o Império do Meio, transitando – tal como o Japão – desde um regime fechado e, durante séculos, pouco conhecido pelos ocidentais, para um outro recente e mais aberto. Neste, o socialismo estatizante herdado da revolução comunista de 1949 procura hoje adaptar-se às regras da economia globalizada inaugurada no século XX. Simultaneamente, a China busca superar contenciosos remanescentes com outras potências, de vez que acirrar dissidências pode levar o país a grandes dispêndios em armas (o que, no momento, não convém) e a uma *débâcle* semelhante à que fez sucumbir o regime soviético.

A China, realmente, manteve-se durante muitos séculos isolada e fechada, somente sendo alcançada pelos ocidentais após a famosa viagem de Marco Pólo, no século XVI (que não gerou mais do que contatos periféricos e superficiais, mas da qual restaram preciosos registros). Nesse milenar período de isolamento, o império chinês manteve uma organização interna satisfatória, um nível de vida aceitável por

sua sociedade e preservou uma cultura tipicamente oriental, motivo de orgulho nacional. Adotou a religião budista, moldando-a aos hábitos culturais locais, e encontrou no confucionismo a inspiração para o código de conduta que norteava os governantes, seus burocratas e o povo em geral, num ambiente de concórdia e poucas tensões. O Império do Meio sentia-se auto-suficiente, sem grandes apelos para cultivar relacionamentos externos; e suas relações com as culturas vizinhas eram do tipo medieval senhor/servo, com as nações próximas pagando tributos permanentes ao Filho do Céu, sob a crença de que o imperador detinha, no trono imperial, um mandato outorgado pela divindade celestial.

Assim, a estrutura política chinesa teve, nessa época antiga, seu centro na figura do imperador, cuja primeira dinastia de que se tem registro governou entre 2852 e 2205 antes de Cristo. Era visto como um representante impessoal de Deus na Terra, mantendo-se afastado, por sua posição divinal, dos contatos com a sociedade, que via as boas colheitas como resultado da boa sintonia entre a divindade e o governante. A educação se baseava na moral confuciana, que embasava não só o comportamento da família (gerando inclusive certo despotismo familiar), como também as relações com os idosos, com os superiores hierárquicos e com os representantes do soberano.

Os primeiros europeus a aprofundar os conhecimentos sobre a China foram os jesuítas, já na Era Cristã, mas tratava-se de contatos de natureza religiosa catequista, sem resultar em relacionamentos com países europeus. Somente no final do século XVIII se deu uma primeira tentativa nesse sentido, quando os britânicos tentaram estabelecer uma embaixada na China, todavia sem despertar interesse chinês concreto. Embora o confucionismo funcionas-

se com uma filosofia estabilizadora da ordem e da organização, ele constituía, quando da chegada dos europeus à China no século XVI, um elemento excessivamente conservador para os interesses ocidentais, bloqueando a evolução em direção a uma maior integração econômica, ao progresso técnico e, mais recentemente, ao capitalismo. Os interesses ocidentais, frustrados pelo escasso interesse chinês em se abrir ao comércio externo, levaram – como também se deu com o Japão – à abertura forçada da China para o mundo, o que veio a ocorrer no século subsequente, mas ainda assim sem resultar na existência de uma política externa atuante, no lado chinês. A fraqueza chinesa pagou o preço da submissão, sendo as duas Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) exemplos claros do empenho ocidental (britânico, no caso) em quebrar as resistências do povo chinês e forçar a abertura dos portos, submetendo ainda a China a pagar indenizações de guerra e lhe subtraindo Hong Kong, só devolvido em 1997.

Até a proclamação da República da China em 1912, as relações internacionais praticadas no país podem ser consideradas como tendo dois períodos: antes da Primeira Guerra do Ópio e depois desta. No primeiro período, a preocupação chinesa voltava-se tão-somente para o relacionamento com os países do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático, regiões estas bastante influenciadas pelo confucionismo irradiado pelo Império do Meio. A busca da estabilidade era a meta principal, prevalecendo um conjunto de normas e costumes derivados nitidamente do ambiente político feudal. O confucionismo servia como amálgama da governabilidade regional. Os chineses tinham uma visão sinocêntrica do mundo, situando a China no vértice de uma pirâmide que continha, logo abaixo, os países amigos e, na base, os conquistados,

todos sem exceção pagando tributos ao poder dominante central. Não havia muito sentido em bem definir as fronteiras ou a continuidade territorial, num ambiente totalmente imerso na influência chinesa, sob uma convivência predominantemente amistosa e harmônica.

A primeira Guerra do Ópio forçou modificações na visão chinesa das relações internacionais. Uma nova geografia relacional lhe foi imposta pelos britânicos; o imperador perdeu sua expressão de representante divino e único, tendo que reconhecer a existência de outros governantes poderosos; os interesses destes tiveram que ser considerados; a hierarquia piramidal dos países da região foi abalada, inclusive quanto à obrigação de pagar tributos; e a realidade de estarem regiões remotas da China ocupadas por estrangeiros vindos de terras distantes teve que ser enfrentada. A China descobriu-se inferiorizada em relação às potências ocidentais, tendo que absorver o entendimento do sistema de equilíbrio de poderes modelado pelos europeus no Congresso de Viena, em 1815; e teve que reconhecer que alguns vizinhos, até então subalternos, também exerciam alguma forma de poder, que afetava a sociedade chinesa.

Pode-se dizer que, até o advento da República, a China não praticara expressivamente as relações internacionais, tal como entendidas no Ocidente; e entendia que quaisquer tentativas externas de influenciar o império seriam neutralizadas por sua civilização, tida como superior, e por seus valores peculiares, tidos como inabaláveis. Com a República de 1912 deu-se também a admissão de um governante que não ostentava o *status* de representante divino, o que de início foi um enorme choque cultural. A disseminação das idéias da Revolução Russa de 1917 fez a China experimentar uma guerra civil, só interrompida pela necessidade de união nacional

para repelir a invasão japonesa que se seguiu, nos anos 30. Sobreveio a Segunda Guerra Mundial, ao término da qual, derrotado o Japão, as potências vencedoras (sob o estímulo de Roosevelt, presidente dos EUA) chegaram a considerar a China, em 1945, para participar de um conselho composto pelos EUA, Inglaterra e Rússia (certamente visando à administração dos destinos da Ásia e à contenção do comunismo russo); mas o que de fato ocorreu, em decorrência da vitória da revolução comunista comandada por Mao Tsé-Tung (que via no confucionismo uma das causas da estagnação chinesa), foi a absorção, pela China, da mentalidade socialista soviética, vindo a ser proclamada a República Popular da China (RPC) em outubro de 1949 e pondo fim àquela possibilidade.

Até o surgimento da RPC, gozava de reconhecimento o regime chinês sob o governo do Partido Kuomintang, fundado pelo primeiro presidente republicano, Sun Yat-Sem, depois sucedido por Chiang Kai-Shek, com cunho bastante nacionalista. Com a derrota deste último pelos revolucionários de Mao, o partido derrotado e seus líderes instalaram-se num último bastião de defesa, a Ilha de Formosa, hoje Taiwan. Tem origem nesse refúgio político todo o problema de disputa de soberania que até hoje persiste, no qual a China não abre mão de recuperar seu poder político sobre Taiwan e defende inabalavelmente a existência de uma única China integrada, sob o domínio total do governo chinês continental.

A disputa não é apenas territorial, pois no seu âmago ela comporta o reconhecimento do governo da China continental, e não do regime estabelecido em Formosa, como o único representante do povo chinês no concerto das nações. Durante longos anos, os Estados ocidentais, sob a forte influência anticomunista dos Estados Unidos e seus aliados da Segunda Guerra Mundial, mantiveram relações com Formo-

sa e seu governo nacionalista, situação que perdurou até os anos 70, quando finalmente a China foi aceita na ONU e assumiu a plenitude da representatividade do povo chinês no planeta. Poucos países no mundo atual ainda reconhecem Taiwan como o governo representativo da grande China. O governo chinês, após isso, reforçou sua posição de considerar Taiwan uma província rebelde, e não dá sinais de vir a reduzir a ênfase na sua absorção, preferivelmente pela via diplomática, mas sempre deixando clara a possibilidade de lançar mão da força, se falhar a ação da diplomacia.

A observação histórica das relações internacionais da China, portanto, sob o prisma deste trabalho, somente tem significação mais relevante no período republicano (diferentemente de quando se analisa, por exemplo, a história das relações e da integração econômica dos países europeus, cuja boa compreensão requer levar em conta seus conflitos desde a época das monarquias dos Estados feudais e da subsequente formação dos Estados nacionais).

O período republicano inicial, anterior à revolução maoísta de 1949, que deu nascimento à RPC, tem menor expressividade. As relações com a sociedade internacional somente passaram a ter maior peso nas questões ligadas à paz mundial e à integração das nações asiáticas após a proclamação, por Mao Tsé-Tung, da República Popular da China. Essa era, iniciada logo após o término da Segunda Guerra Mundial – e influenciada por seu desfecho –, pode ser examinada consoante as posturas dos líderes chineses do pós-guerra.

Sob essa visão, identificam-se três períodos: o primeiro corresponde à governança de Mao Tsé-Tung, caracterizada pelas grandes transformações políticas da história recente da China; o segundo, ou da segunda geração, corresponde ao governo de Den Xiaoping, onde tiveram lugar gran-

des reorientações na condução da economia chinesa; e o terceiro, da terceira geração de líderes, compreende as administrações de Jiang Zemin e do atual presidente, Hu



Den Xiaoping

Jintao (iniciada em 2003), com ênfase no relacionamento com as potências e na integração econômica da Ásia.

No período Mao, quando se inaugurava a Guerra Fria em meio a sérias tensões Leste-Oeste, o governo chinês foi marcado por intensa preocupação com a segurança e a consolidação da revolução maoísta. Na Ásia ocorria uma redistribuição de poderes, decorrente da derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial. A China comunista de Mao enfrentava obstáculos à sua inserção no cenário internacional, diante da estratégia norte-americana de contenção do avanço comunista no mundo. As lideranças chinesas permaneciam desconfiadas em relação às potências ocidentais e temerosas de um cerco político-estratégico, o que levou à ênfase na segurança do Estado, visando à integridade da RPC e à deterrência de adversários em potencial. A recomposição da unidade territorial chinesa, mediante a reabsorção de Hong Kong, Macau e Taiwan, foi desde logo manifestada como meta estratégica por essas lideranças. As relações internacionais desenvolvidas anteriormente pelo Kuomintang e os tratados firmados com outros países pelo regime anterior à revolução não mais foram reconhecidos.

A questão de Taiwan assumia grande relevância. A fuga do governo do Kuomintang para a Ilha Formosa e sua tentativa de ser reconhecido como o legítimo

representante da China – no que contou por longo tempo com apoio dos EUA e aliados – causavam no continente grande rejeição maoísta, por violar o paradigma da existência de uma só China, que necessariamente incorporaria Taiwan. Nesse desiderato, a RPC enfrentou a oposição da maioria dos Estados, tendo obtido somente o apoio soviético e dos países do Leste Europeu, estes sob influência da URSS.

A Guerra da Coreia veio a agravar o cenário. Tendo a ONU, em outubro de 1950, autorizado tropas sob sua bandeira a ocupar toda a península coreana, os norte-coreanos pediram auxílio à China, que se engajou no conflito (com apoio da URSS, mas as tropas soviéticas não se envolveram nas ações de guerra). China, URSS e o bloco socialista se aproximaram em parcerias diversas; e no seio da aproximação China-URSS deu-se a transferência – fermentada pela guerra – de tecnologia nuclear soviética para os chineses, o que até os dias atuais é grande preocupação para o mundo ocidental, por ter a China entrado para o “clube atômico”.

Afastada da ONU por ter sido considerada agressora no conflito coreano, a China resultou isolada dos países mais desenvolvidos, voltando-se para aqueles em desenvolvimento. Nessa aproximação deu-se uma expressiva exportação ideológica para esses países, denotando certo colonialismo chinês (que não foi materializado pela ocupação territorial, mas sim ideológica). Observa-se nesta fase uma postura chinesa fortemente realista, calcada na defesa intransigente da soberania, da integridade e da segurança do Estado, o que permaneceria em fases subsequentes, embora com peso variável. Nela teve início, ainda, um afastamento da URSS, devido a divergências entre Krushev e os líderes chineses ultracoletivistas. Quando sobreveio a política de “coexistência pacífica” da URSS com o Ocidente, esse afastamento acentuou-se, pois

a China nela enxergava uma ameaça aos seus interesses nacionais e à continuidade de seu desenvolvimento bélico nuclear.

Na fase que se seguiu, ainda sob a liderança de Mao, a RPC já não dispunha da cooperação científica e econômica soviética. Os chineses tomaram seus próprios rumos tecnológicos e, em 1964, detonaram seu primeiro artefato nuclear, marcando presença no reduzido clube das potências nucleares e alterando a equação da bipolaridade EUA/URSS, então existente. Sobreveio a Revolução Cultural de 1966, fortalecendo a elite interna que repudiava o confucionismo e dando causa a receios internacionais, exceto dentre os países sob influência soviética. O aumento, no sudoeste, do envolvimento americano no Vietnã, o acirramento do contencioso de fronteiras com a URSS ao norte, a aliança dos EUA com Formosa e com o Japão ao leste, a disputa indo-paquistanesa sobre a Caxemira a oeste (quando então o Paquistão era aliado da China) formavam quadro que para os chineses representava o ressurgimento dos antigos receios medievais do “cerco”, o que gerou maior ideologização da política externa chinesa. Mas o agravamento do conflito vietnamita levou o pre-



Richard Nixon

sidente dos EUA, Richard Nixon, a estimular uma reaproximação estratégica entre URSS, RPC e EUA, o que ficou conhecido, em 1969, como “diplomacia do pingue-pongue”, que iria resultar mais tarde na normalização das relações sino-americanas.

Uma terceira fase do período maoísta teve início em 1971, quando a China, já então potência nuclear, conseguiu um assento no Conselho de Segurança da ONU, passando a ser vista pela sociedade internacional como interlocutora de primeira linha e apagando definitivamente a imagem de submissão e isolamento. Grande número de Estados passou a ter relações com a RPC, em substituição à República da China (Taiwan). Afirmava-se a China no mundo, inclusive acatando regras da convivência internacional – ainda que permanecendo sob regime comunista ortodoxo, com restritas liberdades individuais.

A Era Xiaoping preferiu a ideologia como elemento balizador da inserção da China no concerto das nações. O líder Den Xiaoping, sucessor de Mao, tinha percepção do atraso chinês em relação ao mundo ocidental; e traçou uma estratégia de flexibilização econômica, entendida como “economia socialista de mercado” (eufemismo para que a linha mais radical do Partido Comunista Chinês – PCC – a aceitasse). Práticas capitalistas passariam a ser praticadas progressivamente, ainda que mantido o regime político autoritário monopartidário. Desde 1979, a RPC já contava com o reconhecimento dos EUA, mas a dubiedade da política externa americana, que através do Taiwan Relations Act (instituído pelo governo Jimmy Carter) dava proteção militar à ilha separatista (dentre outras medidas protecionistas), elevou as tensões junto à China, que ao seu redor já presenciava a invasão vietnamita do Camboja e a invasão soviética do Afeganistão. Preocupados, porém, com os

avanços soviéticos, os líderes chineses realistas optaram por aproximar-se mais dos EUA, para se contrapor a isso.

Sob esses arranjos políticos e transformações econômicas, a China passou a sustentar taxas expressivas e consistentes de crescimento, iniciadas nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) criadas pelo governo como laboratórios de experimentação das mudanças. Empresas transnacionais foram para a China, formando *joint ventures* rentáveis com as estatais chinesas. Capitais estrangeiros passaram a ser bem recebidos; o intercâmbio comercial aumentou muito; as regras internacionais de comércio passaram a ser absorvidas; a China aproximou-se da Asean (*Association of Southeast Asian Nations*), o que representou importante distensão política no Sudeste da Ásia e no Extremo Oriente; e não menos significativa foi sua inserção na Apec (*Asia-Pacific Economic Cooperation*), deixando aberto o caminho para a futura incorporação chinesa ao regime da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A China não abriu mão, todavia, de seus intentos de reintegração de territórios. O flexível conceito econômico de Xiaoping, “um país, dois sistemas”, facilitou o *take over* chinês (ou o *hand over* britânico, como preferem os ingleses) de Hong Kong e Macau. A situação jurídica organizacional e monetária anterior desses territórios foi mantida, mas os governantes passaram a ser nomeados por Beijing. Restou a questão de Taiwan, mais complexa, mas que a diplomacia chinesa não negligencia em tentar resolver definitivamente.

A marca negativa do período foi a severa repressão chinesa, em 1989, a manifestações estudantis na Praça da Paz Celestial, que marginalizou novamente a China perante o mundo ocidental, justamente no momento em que a *débâcle* soviética levava países da antiga Cortina de Ferro a se

aproximarem da Europa Ocidental. A China aparecia como dissonante, revelava instabilidades internas e enfraquecia sua imagem na ONU, bem como via prejudicados os investimentos externos. Movida por este último aspecto, a liderança chinesa procurou reparar o mal e trabalhou na rápida retomada das boas relações com o Ocidente, revitalizando o fluxo de aportes externos. Esta foi a fórmula chinesa de, permanecendo politicamente monolítica, continuar a operar a nascente dinâmica capitalista que fez crescer a economia do país.

A política externa adaptou-se à necessidade de maior alinhamento com o mundo ocidental sem, no entanto, afastar-se dos países não alinhados. Quando sobreveio a Guerra do Golfo, a postura chinesa, em benefício de não quebrar os laços que reconstruíra, gerou a abstenção nas votações da ONU que visavam legitimar o uso da força para expulsar do Kuwait as tropas de Sadam Hussein; e a China não fez uso de seu poderoso instrumento de veto no Conselho de Segurança. A tradicional posição realista chinesa de opor-se ao uso de força internacional em crises e de repudiar a aplicação de sanções cedeu lugar ao reconhecimento das complexas interdependências que regem o mundo de hoje.

No período pós-Xiaoping destaca-se a participação diplomática cooperativa mais vigorosa de Hu Jintao, o atual presidente, em relação ao seu antecessor, Jiang Zemin. Enquanto Zemin, embora prestigiando as relações regionais, dava maior prioridade ao relacionamento com as grandes potências, Jintao atribui maior peso às vizinhanças, em especial ao Sudeste Asiático; e busca tornar a China o centro de um grande pólo, visando liderar uma ampla comunidade asiática integrada.

De fato, sob Zemin a China inaugurou, em 1990, uma política entendida como "*great-power diplomacy*", abrangendo

"*one superpower*" (os EUA) e "*four powers*" (Rússia, União Européia, Japão e China), mediante a qual desenvolveu parcerias estratégicas. Zemin aprofundou as reformas iniciadas por Xiaoping e aproximou ainda mais a RPC da sociedade de Estados. Firmou a adesão da China ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e à Convenção sobre Armas Químicas e iniciou as conversações para a admissão da RPC na OMC. Alguns aquecimentos de tensões, porém, ocorreram na sua administração, como foi o caso das eleições presidenciais de 1996 em Taiwan, nas quais um candidato era defensor da independência da ilha; e Pequim decidiu então realizar exercícios militares no Estreito, lançando mísseis que colocaram em perigo navios da esquadra americana. Houve também o incidente gerado pelo bombardeio acidental da embaixada chinesa em Belgrado, por ocasião da campanha da Otan na Sérvia, em 1999. Novamente, nas eleições taiwanesas de 2000, a retórica da independência levou a RPC a movimentar tropas para a franja do Estreito, mostrando a importância da inquietante questão. Houve ainda o caso da reação chinesa à invasão americana do Afeganistão (realizada em represália ao ataque terrorista islâmico de 2001 aos EUA), mas novamente a China, embora discordante, não usou seu poder de veto. Não obstante, esses incidentes, dentre outros, não encerraram o diálogo RPC x EUA.

Na administração de Hu Jintao, a partir de 2003, sem desprestigiar a política do antecessor, a China anunciou uma nova filosofia, a "*neighboring diplomacy*". Jintao priorizou expandir, desenvolver e consolidar o relacionamento com seus vizinhos, reforçando o desejo inconfesso de liderar uma grande Comunidade do Leste Asiático (e suas possíveis evoluções). Ambos, os relacionamentos com as grandes potências e com os vizinhos do Leste Asiático,



Hu Jintao

assumiram elevada importância. Essas prioridades chinesas revelam cunho mercadológico multilateral, embora uma participação superlativa do Estado e do dirigismo do Partido Comunista Chinês per-

maneçam presentes nessa política multinacional e na economia nacional.

Na fase atual de sua história recente (a mais relevante para os fins aqui discutidos), a China constrói mecanismos de cooperação regional com a Rússia e com países da Ásia Central, através da Shanghai Cooperation Organization (SCO), formada em 2001, enfatizando a defesa comum contra o terrorismo e o suprimento de energia (construção de oleodutos). No Leste Asiático, vem estreitando seu relacionamento com a Asean e vem estimulando a criação da East Asian Community, tendo assinado acordos recentes com a Asean visando à parceria estratégica para a paz e à prosperidade (2003) e tendo formulado um plano de ação para implementá-la sob a liderança chinesa (2004). Além disso, a China tem mostrado grande empenho em cooperar no âmbito do grupo conhecido como "Asean + 3", que compreende os dez países da Asean (cujas economias são mais frágeis) e as três economias mais fortes da região (Japão, China e Coreia do Sul). Foi firme a declaração do *premier* chinês na reunião East Asia Summit de novembro de 2004: "A Ásia só pode crescer de verdade mediante a cooperação mútua".

É nesse contexto que avultam os problemas das relações sino-japonesas. Se liderar a Ásia é a meta estratégica da China,

esforços significativos têm que ser emprestados ao desbastamento de arestas nas relações com o Japão, pois embora aquecidas economicamente, elas permanecem frias politicamente (*hot/cold relations*, segundo alguns analistas). Há esforços em curso por ambas as partes, como demonstram os diálogos iniciados em 2005, após os quais o *premier* chinês divulgou o que considera ser a essência das conversações, resumidas em três pontos: troca continuada de visitas de alto nível diplomático; estudos estratégicos entre os respectivos ministros das relações exteriores para promover a amizade; e o tratamento adequado dos problemas históricos geradores de antagonismos e ressentimentos. Tudo isso sob o princípio basilar da existência de uma única China.

Não obstante esse esforços e intenções, 2005 também presenciou a ocorrência de grandes manifestações antijaponesas em várias cidades chinesas, geradas pelos rumores da atuação diplomática nipônica em busca de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (ao que a sociedade e o governo chinês se opõem, como era de se esperar). Essas manifestações trazem à superfície os antigos ressentimentos advindos do expansionismo colonial militarista japonês do passado; e as lideranças chinesas não agem com muita energia para desestimular tais antagonismos. Ressurgem, no mesmo cenário, as críticas da sociedade chinesa às posições japonesas sobre a questão de Taiwan, sobre os compêndios de história adotados nas escolas japonesas, sobre as censuras japonesas a questões internas de direitos humanos na China, e outras mais. A importância desses acontecimentos é muito relevante, mas os esforços de normalização das relações decerto terão prosseguimento, ainda que sob um clima psicossocial pouco favorável. O Presidente Hu Jintao,

logo após aquelas manifestações populares e após também os três pontos destacados por seu primeiro-ministro, expressou suas esperanças de que os dois países dissolveriam as dificuldades mediante o tratamento de cinco pontos: a observância, pelo Japão, dos tratados de paz, cooperação e amizade firmados entre ambos e com países da região; a análise autocrítica, pelo Japão, da história de seu passado militarista expansionista, traduzindo em ações creditáveis seus remorsos; o tratamento correto da questão de Taiwan, mediante a expressa manifestação japonesa de concordância com a política de uma só China e de repúdio ao separatismo taiwanês; a preferência pelo tratamento diplomático das diferenças de opinião entre os dois países, que incluem disputas territoriais no Mar da China; e a intensificação da cooperação entre ambos, em várias áreas. Alguns desses pontos, como se depreende, são bastante sensíveis, requerendo grande habilidade diplomática de ambas as partes, de vez que está em jogo a liderança da Ásia.

A existência, na China moderna, de choques de opinião com os EUA e de pontos sensíveis nas relações com o Japão não vem, entretanto, causando desvios de seus firmes objetivos estratégicos. Embora não pratique a democracia nos moldes ocidentais, a RPC absorveu bem os conceitos e princípios do capitalismo ocidental e cada vez mais se integra ao sistema internacional de Estados e suas regras, principalmente a partir da administração Xiaoping (cujo pragmatismo iniciou essa inserção, modelando a melhor conformação da economia chinesa aos investimentos externos e à participação empresarial privada estrangeira no país) e da incorporação à OMC.

Assim descrita em síntese a história da China, com ênfase em seus períodos recentes mais influentes no processo em estudo, deixa-se para outros capítulos deste

trabalho o desenvolvimento da questão das rivalidades sino-japonesas no cenário da integração asiática e a análise de suas possíveis conseqüências.

POLÍTICA EXTERNA JAPONESA

A política externa japonesa foi bastante influenciada (como, de resto, a de todo o planeta) pela lógica da bipolaridade no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. De fato, no caso japonês, o período entre 1945 e 1970 foi de total subordinação, inclusive diplomática, à política norte-americana, especialmente entre 1945, ano da rendição japonesa, e 1951, quando o Tratado de Paz de São Francisco restituiu alguma soberania à política externa do Japão. Nesse período (correspondente à primeira fase da ocupação por tropas americanas) prevaleceu a política imposta ao primeiro-ministro Yoshida Shigeru. Yoshida – um diplomata de antes da guerra, que veio a se tornar primeiro-ministro – abraçou a política que se tornou de Estado: *o Japão aliar-se-ia aos Estados Unidos e aceitaria sua orientação em política externa, em troca de sua defesa; e isso permitiria ao Japão concentrar os esforços na recuperação econômica do pós-guerra*. Também ao longo das décadas de 70 e 80, quando foi bastante pronunciada a ascensão japonesa, pouco se alterou o paradigma que norteou sua política externa, conferindo-lhe inclusive um papel de assistente da política norte-americana para a Ásia e de intermediador do relacionamento entre os países asiáticos e os ocidentais (e entre os mais desenvolvidos e em desenvolvimento na região, mas sempre sob a orientação estadunidense).

Como já comentado, uma vez extintas a Guerra Fria e a bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, as perspectivas eram de que o Japão, no novo reordena-

mento internacional e na condição de segunda maior economia mundial, ampliaria substancialmente sua participação no concerto internacional e projetar-se-ia com *status* político mais elevado, possivelmente vindo a liderar a Ásia, mas isso não ocorreu. O Japão não se estruturou suficientemente para assumir tal liderança e não se adaptou com a agilidade necessária. Tardaram as mudanças internas e falhou a agilização dos processos decisórios, frustrando aquela conquista de posição. Além disso, permaneceu militarmente limitado às forças de autodefesa.

As expectativas sobre o Japão tinham respaldo em análises acadêmicas e na vontade de líderes de países expressivos, sendo nítido, no início dos anos 90, o apoio americano e europeu a esse papel mais ativo para os nipônicos, incentivados por seus aliados a intensificar uma diplomacia multilateral, exercer maior participação nos problemas mundiais e assumir peso político maior na divisão de encargos internacionais. Não eram outros os caminhos desejados pelo governo japonês, que se propunha inclusive a fazer as mudanças constitucionais necessárias para colocar em prática uma política externa compatível com tais metas e com a aspiração nacional de ser uma potência de primeira linha, regional e mundialmente. Mesmo no ambiente asiático do Pacífico não eram poucas as manifestações de apoio a essa ampliação do papel japonês. Ainda que não sendo consensual, alguns países efetivamente queriam, terminada a Guerra Fria, a liderança do Japão para crescer, aceitando que atuasse como interlocutor regional junto aos grandes grupos econômicos ocidentais e aos organismos internacionais.

Pode-se ter como verdade que as pressões externas (cuja expressão japonesa é *gaiatsu*) dos EUA, da Europa e mesmo de alguns países asiáticos (apesar das rivali-

dades e ressentimentos regionais) eram, nos anos 80/90, favoráveis a uma postura japonesa mais expressiva de liderança política, condizente com o sucesso de sua ascendência econômica no pós-Segunda Guerra Mundial. De fato, o Japão, desde os anos 80, veio se tornando um padrão de referência por seus avanços na economia, na ciência, na tecnologia, na eficiência empresarial e na qualidade dos produtos. Popularizaram-se mundialmente grandes marcas como Sony, Toyota, Cássio, Mitsubishi e outras, além de se propagar internacionalmente a cultura zen e suas bem-sucedidas técnicas de administração, como o *just-in-time* para a logística fabril e o *kanban* para a produtividade, ao mesmo tempo em que o Japão assumia a liderança nos setores bancário e financeiro. O país chegou a superar os EUA, no final da década de 80, como principal supridor de recursos oficiais para o desenvolvimento de outros países (por meio do Oficial Development Aids, ODA); e na mesma época tornou-se o segundo maior contribuinte de recursos financeiros para a ONU. Em 1991 tornou-se o maior investidor externo, com investimentos de quase 230 bilhões de dólares, e simultaneamente tornou-se o maior país credor do mundo. Indústrias japonesas cresceram nos EUA, Europa e Ásia; os japoneses adquiriram propriedades estrangeiras, empresas, participações societárias e títulos governamentais (particularmente do tesouro dos EUA, para financiar seu crônico déficit orçamentário).

O Japão surgia como o grande beneficiado econômico da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria; e era apontado como a nova superpotência do século XXI. Segundo Alexandre Uehara, em *A Política Externa do Japão no final do século XX*, os fatores influentes na política externa que contribuíram para isso não se concretizaram a deterioração temporal da econo-

mia, com maiores reflexos na década de 90 (com o “estouro da bolha econômica” em 1991), e cuja superação completa ainda está em curso; o fracionamento e o pluralismo político interno, tendo faltado coesão para implementar em tempo as mudanças capazes de viabilizar a reorientação da política externa; e a fraca participação japonesa em fóruns internacionais. Pode-se acrescentar a essa lista que, na ausência de reformas, as forças armadas japonesas permaneceram sob as restrições impostas pela derrota na Segunda Guerra Mundial, reforçando as críticas internacionais de ser o Japão um gigante econômico, todavia militarmente fraco.

A justificativa para que o Japão permanecesse atrelado a ações e esforços apenas no campo econômico reside, como já comentado, nas restrições legais que lhe foram impostas pela rendição de 1945, expressas no já mencionado artigo 9 da Constituição japonesa, que obriga o país a renunciar à guerra como instrumento de solução de disputas internacionais e limita a missão de suas forças à autodefesa. Acomodado sob a proteção norte-americana, o Japão tardou em promover as alterações legais necessárias, pois a postura não militarista que germinou da Segunda Guerra Mundial trouxe-lhe as vantagens do não-envolvimento direto nas tensões da Guerra Fria e das relações privilegiadas com uma das potências do mundo bipolar, os Estados Unidos. Se, por um lado, a vontade pacifista da sociedade maltratada pelos horrores da guerra contribuiu para que não fossem gerados riscos e tensões diante de um possível rearmamento do país, por outro ficou o Japão impossibilitado de oferecer maior participação de suas forças nas questões internacionais que demandavam esforço militar cooperativo. Conjugado com as dificuldades econômicas enfrentadas nos anos 90, este fator foi de grande

influência no enfraquecimento da imagem japonesa e de sua política externa.

A expressão completa do poder nacional deve sustentar-se nas componentes política, econômica, psicossocial e militar (como é o caso do poder nacional estadunidense). No mundo das Relações Internacionais constata-se que, estando um país em estado de alta expressão econômica, é quase imperioso que reordene suas políticas de molde a ocupar um espaço político-militar compatível (conceito realista do *Normal State*). Ocorre que, tendo como pilar de sustentação praticamente único o poder econômico – no seio de uma sociedade que, sob o prisma psicossocial, optou pelo pacifismo após as lições da guerra –, a crise que alcançou a economia japonesa no final dos anos 80 e início dos 90 debilitou sua política externa e enfraqueceu a imagem internacional do país. Essa crise econômica, aliás, teve origem na “bolha econômica” iniciada em 1985, quando, diante da valorização da moeda japonesa, e para compensar perdas em exportações, as empresas japonesas foram levadas a fazer investimentos muito fortes que sobrevalorizaram os ativos, principalmente no setor imobiliário de Tóquio, que passava a ser visto como futuro centro econômico mundial. Houve excesso de liquidez na economia e frouxidão nos critérios do sistema bancário para conceder empréstimos lastreados em imóveis sobrevalorizados que, mais tarde, no “estouro” de 1991, revelaram valor real de mercado muito inferior, levando o governo a ter que bancar “créditos podres” e a estimular o reaquecimento da economia para que se revalorizassem. Os efeitos negativos desse período crítico ainda são visíveis na economia japonesa. Um outro momento importante foi o da crise econômica asiática de 1997, durante a qual vários países asiáticos esperavam do Japão, a maior potência financeira asiática,

uma atuação mais afirmativa em auxílio dos mais afetados; mas o governo japonês, alegando ainda enfrentar suas próprias dificuldades, não atuou com a intensidade esperada, frustrando aqueles países e deixando de somar pontos importantes para recuperar uma posição de maior expressão política na Ásia.

Sob o prisma da política interna, sempre inter-relacionada com a externa, as pressões domésticas também não favoreceram. Tradicionalmente e culturalmente, a sociedade japonesa tem uma estrutura de tomada de decisões lenta e pesada, pouco adequada à agilidade com que o mundo atual desenvolve esses processos. Acresce que, embora no passado mais distante se pudesse identificar uma característica unificadora no modo de pensar dessa sociedade, a evolução do Japão nos tempos modernos parece ter, como aponta Uehara, perdido sua unicidade nipônica, particularmente no que concerne à interação entre os setores público e privado na condução das políticas nacionais. Isso decorreu do próprio crescimento econômico e da projeção empresarial japonesa além-fronteiras no pós-Segunda Guerra Mundial, quando os interesses setoriais da sociedade se diferenciaram, e a coesão existente começou a dar lugar a diferenças de opinião. Os setores industrial, agrícola e sindical passaram a refletir interesses conflitantes, não logrando consenso, apesar de historicamente ser o consenso a forma japonesa de legitimar políticas. A política externa, funcionalmente atribuída ao Ministério das Relações Exteriores, passou de fato a ser compartilhada por vários outros ministérios de natureza econômica, aumentando as distinções de opinião e tornando mais lentas as decisões. Políticos eleitos para o Congresso com apoio do setor privado passaram a interferir na formulação das políticas, o que é democrático, mas frag-

mentou e dificultou os consensos. Um exemplo de repercussão da morosidade decisória que resulta da tentativa de buscar consenso, com reflexos na política externa, pode ser dado observando a votação da lei que, em 1992, permitiria a participação de forças nipônicas em operações de paz da ONU (a International Cooperation Law): embora o partido governista fosse majoritário no parlamento, preferiu não aprová-la antes de obter a concordância de pelo menos uma parte da oposição; e a lentidão que tomou o processo levou o Japão a cooperar apenas financeiramente com o esforço de guerra no conflito do Golfo, alimentando as críticas internacionais à "diplomacia de talão de cheques" e à pequenez militar japonesa. Em suma, a estrutura fragmentada e as disputas internas de poder político prejudicaram a formulação da política externa ágil que se fazia necessária para um país com ambição de potência.

Quanto à participação japonesa em fóruns internacionais, Uehara destaca que a diferença entre o cenário projetado e a política executada pelo governo japonês permite distinguir entre a *leadership initiative* e a *leadership example*, enquadrando-se melhor na segunda. Essa escolha procura mostrar o Japão nesses fóruns como nação pacífica voltada para o desenvolvimento econômico, a abertura de mercado, a ajuda a países em desenvolvimento e outras iniciativas dessa espécie (ao passo que a opção americana sempre foi a da *leadership initiative*, fazendo-se impor pelo pleno exercício do poder nacional em suas expressões mais fortes). Argumenta ainda aquele autor que a lógica da participação japonesa nas questões internacionais tem sido a da adequação às circunstâncias reinantes no ambiente internacional (expressa pela palavra *awase* em japonês), fazendo uso de política externa reativa,

composta por respostas a contextos específicos, sem ter o objetivo de influir na configuração do sistema internacional em consonância com objetivos nacionais claros e bem definidos. Talvez isso se deva à limitação imposta a um importante componente do Poder Nacional japonês.

Por isso, apesar dos esforços japoneses para, por exemplo, gozar de expressividade maior na ONU, a percepção mundial é de que a vontade política japonesa nessa direção é comedida (apesar de contar, no pós-Guerra Fria, com excepcional expressão econômica de poder e com o estímulo de países ocidentais e asiáticos para mostrar poder mais expressivo), o que fica evidenciado pela redução progressiva do número de funcionários japoneses na organização (que caiu mais de 25% entre 1985 e 1988, sendo que, diante do volume das contribuições japonesas à ONU, esse número poderia ser, estatutariamente, duas vezes maior). Críticas existem, também, sobre a participação percentualmente pequena de japoneses no FMI (menor que 2% do total de postos, em 1992) e no Banco Mundial (menor que 1%, na mesma época). São atitudes ambíguas, pois existe o manifesto desejo de contar com assento no Conselho de Segurança do órgão, mas evitando grande representação numérica para que as decisões da ONU não sejam tomadas como decisões da política nipônica. Os críticos alegam que essa postura do Japão é um indicador de sua preferência por evitar confrontações diretas com outros países em função das políticas governamentais japonesas, ao mesmo tempo em que mantém participação e mostra como país não-isolacionista.

Não obstante tais críticas, é fato que o Japão pugna por maior expressão na ONU, onde somente conseguiu ingressar em 1956, após removidas as objeções soviéticas. Logo em seguida, o governo japonês

inaugurou uma política externa marcada pelo ONU-centrismo (*UN-centered diplomacy*), um tanto frágil diante da baixa capacidade japonesa de atender demandas de participação em missões de paz. Data de 1966 a primeira reivindicação formal do Japão por um assento permanente no Conselho de Segurança do órgão, sem a repercussão desejada. Nas oportunidades em que se veio a discutir a reformulação da Carta das Nações Unidas (a primeira em 1992, e novamente em 2003, após a invasão do Iraque por forças lideradas pelos EUA sem o aval da ONU), o Japão insistiu em suas pretensões, sem sucesso, inclusive em razão da oposição chinesa e sul-coreana (ambas guardando receios de um ressurgimento do poder militar nipônico na Ásia, sob o amparo de um maior poder político na ONU). Não são poucos, como se vê, os óbices a serem removidos.

Parece ter faltado ao Japão uma política externa mais ativa, de personalidade mais forte, mais influente nos resultados e deliberações dos organismos internacionais, como se espera de um país com pretensões a líder ou de uma potência regional de primeira linha. Disso decorre sua perda de *status* internacional, mesmo quando se trata da segunda potência econômica do mundo. A Alemanha, também derrotada na Segunda Guerra Mundial, teve que assumir um *low profile* no pós-guerra, mas, diferentemente do Japão, veio a progressivamente conquistar uma inserção mais proeminente na União Européia e a ampliar sua participação internacional, contribuindo com mais personalidade nos processos decisórios e, quando necessário, disponibilizando tropas para o tratamento de situações conflituosas. No Japão, a postura pacifista (acomodada sob a proteção militar americana), a lentidão na condução de reformas constitucionais e legais que viabilizem a reformulação de suas forças

armadas, a crise econômica e a baixa representatividade nos fóruns internacionais foram decisivos para a perda da liderança asiática, apesar de seu enorme poder financeiro.

O Japão encontra-se, diante disso e no futuro próximo, perante o desafio representado pela China, cuja ascensão econômica e cuja política externa afirmativa vêm tomando lugar de destaque na Ásia e no mundo. A China deixa claro para o mundo o papel que pretende representar e, além do peso econômico e da participação mais afirmativa em fóruns internacionais, desenvolve uma política externa que também leva na devida conta e proporção a capacitação militar, o que amplia o respaldo à capacidade da diplomacia chinesa de intervir nos rumos dos problemas globais. Para se contrapor a esse fortalecimento chinês e em busca de um melhor equilíbrio de poderes na região e no mundo, é de interesse do Japão alcançar a recuperação completa da crise dos anos 90, recobrando seu *status* do final dos anos 80, preservando a parceria privilegiada com os EUA (cujos interesses são idênticos), modificando as leis que restringem seu poder militar e propugnando por maior expressividade nos fóruns internacionais. Trata-se de construir as bases para mostrar personalidade mais forte, para que o Japão sustente, pelo menos, a posição de potência de primeira linha, com reconhecimento mundial.

É perceptível que se inaugurou com a posse de Shinzo Abe no cargo de primeiro-ministro, em setembro de 2006, uma nova era para a política externa japonesa, diante dos objetivos por ele declarados de fortalecer as reformas econômicas iniciadas pelo seu antecessor, estimular o nacionalismo japonês, remover os óbices constitucionais à reformulação das forças armadas, aumentar o peso japonês em assuntos globais, melhorar as relações com a China, estimu-



Shinzo Abe

lar a integração econômica regional e intensificar as relações com os Estados Unidos. Mas desde logo ficaram evidentes dificuldades internas, pois o Executivo, na pessoa do *premier* eleito pelo Congresso, não tem no

Japão a mesma força outorgada pelos regimes presidencialistas, em que o povo elege os presidentes. O Congresso – a *Dieta* japonesa – terá que aprovar todas as suas iniciativas, por mais firme que possa ser seu discurso em busca da transformação do Japão em um *Normal State*. Alguns antecessores, políticos fortes e determinados, tentaram e falharam em motivar a sociedade e convencer o Congresso. Melhor sorte não teve Shinzo Abe, que, diante da derrota de seu partido em assuntos de outra natureza, essencialmente internos, veio a renunciar com apenas um ano de cargo.

Partindo da premissa de que Shinzo Abe alcançará consenso satisfatório em eleger aqueles objetivos como objetivos nacionais consolidados, a política externa a ser perseguida terá que observar alguns ambientes geopolíticos e geoestratégicos razoavelmente bem definidos, todos eles influentes na questão maior: para continuar crescendo e para poder oferecer à sociedade japonesa bem-estar social em um cenário de paz e prosperidade (ambição permanente de qualquer sociedade), o Japão do pós-Guerra Fria necessita ver bem equacionados os problemas de sua quase total dependência de insumos externos (petróleo, matérias-primas), cujo fluxo seguro via as rotas marítimas que servem ao arquipélago nipônico tem que ser preservado. O caminho para esse fim não é mais o das guerras de conquista do passado, mas sim o da integração econômica regional e glo-

bal, num cenário estável; mas isso não dispensa um poder militar compatível com a tarefa de manter fluidas as vias do Pacífico asiático.

O ambiente mais amplo é o que compreende os interesses comerciais dos países da Orla do Pacífico (*Pacific Rim*), cenário este em que exponenciam os interesses da potência hegemônica mundial, os EUA, e de muitas outras economias ocidentais e orientais. A intensificação das relações nipo-americanas, portanto, é de grande relevância, devendo a diplomacia japonesa tomar os devidos cuidados para fazê-lo sem acirrar antipatias chinesas, pois a China faz conhecidas restrições à forte presença americana na Ásia.

Regionalmente, dois outros ambientes da Ásia-Pacífico sobressaem. O primeiro é o do Nordeste Asiático, com a presença de Japão, Rússia, China, Coreias do Norte e do Sul e Taiwan. O segundo é o do Sudeste Asiático, abrangendo Filipinas, Malásia, Brunei, Indonésia, Cingapura, Tailândia, Mianmar, Vietnã, Laos e Camboja, ambiente este que abriga os dez países membros da Asean. Há uma interdependência entre esses dois cenários, ambos de grande importância para a inserção japonesa no processo da integração asiática.

No cenário Nordeste residem os problemas político-militares mais carentes de cuidados diplomáticos. As rivalidades sino-japonesas, os ressentimentos chineses e coreanos a respeito das guerras expansionistas do imperialismo japonês num passado ainda recente, as disputas territoriais sobre a posse de ilhas próximas, a questão de Taiwan, o antigo contencioso russo-japonês sobre as ilhas Kurilas, a questão da reunificação da península coreana, a postura agressiva do regime norte-coreano a respeito deste e de outros contenciosos regionais (inclusive desafiando EUA e Japão com o desenvolvimento de armas nu-

cleares e seus vetores), são, dentre outros, problemas reais e que justificam as pretensões japonesas de liberação das restrições advindas da rendição na Segunda Guerra Mundial, que limitam seu poderio bélico. Por outro lado, eles justificam também a postura de chineses e coreanos de não prestigiar a pretensão japonesa por um assento no Conselho de Segurança da ONU. Como país pacifista do pós-guerra e membro do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP, cuja última reunião em Washington, em 2005, foi um fracasso), incomodam o Japão os fatos de a China e a Rússia serem grandes potências nucleares e de a Coreia do Norte vir ameaçadoramente a dar prosseguimento ao seu programa nuclear bélico (o que levou China, Rússia, Japão, EUA, Coreia do Sul e Coreia do Norte – o “Grupo dos Seis” – a várias rodadas de negociações para restringir o uso da energia atômica na península coreana para fins apenas pacíficos, mas a Coreia do Norte vem dando mostras de descumprimento dos compromissos assumidos com esse grupo). Em paralelo com o delicado tratamento diplomático dessas questões, decerto ver-se-á o prosseguimento das negociações (internas e externas) para modificar a Constituição japonesa e para ajustar consentaneamente a legislação interna, mas com os cuidados requeridos para que isto não seja interpretado como um estímulo a uma corrida rearmamentista na Ásia, nem como um ressurgimento do espírito militarista imperial do passado (o *bushido*).

As relações sino-japonesas têm especial relevância nesse contexto (como, aliás, não poderiam deixar de ter, pois envolvem as duas maiores potências asiáticas): além de influenciarem diretamente no cenário Nordeste, elas têm visível influência no Sudeste, pois quaisquer acirramentos de rivalidades entre China e Japão nas disputas pela liderança regional impactam na estabi-

lidade do processo de integração econômica conduzido no âmbito da Asean, cujos países membros terão que estreitar os laços do bloco para resistir às conseqüências e ampliar seu poder de barganha e de mediação, em face das duas potências maiores.

No cenário Sudeste o enfoque econômico predomina, no que diz respeito aos interesses japoneses. O papel da Asean na integração econômica da Ásia é preponderante, bem como é também de vulto o papel da Apec (*Asia-Pacific Economic Cooperation*). A Asean já congrega hoje dez membros permanentes, já citados, e tem outros 17 Estados como participantes observadores, porém não-membros. A Apec abrange as economias asiáticas, americanas e da Oceania, congregando de forma mais ampla os interesses econômicos dos países do *Pacific Rim*, por ser o Oceano Pacífico a via marítima integradora principal do comércio entre seus membros, que hoje somam 21 Estados; e tem por meta estabelecer progressivamente uma *Asean Free Trade Area* (Afta). Esse cenário revela também alguns choques de interesses entre os atores principais envolvidos no esforço de integração econômica da Ásia: a China prefere negociar com a Asean a expansão de sua estratégia, estimulando acordos com outras áreas (inclusive a Índia, que também emerge no subcontinente indiano com impressionante crescimento), mas não aceita bem a participação de seu grande opositor, os Estados Unidos; o Japão, por seu turno, fiel às alianças com os norte-americanos, prefere privilegiar as conversações e os acordos no âmbito da Apec, da qual os EUA são país membro. Fica evidente que, para bem cumprir seus múltiplos objetivos de acelerar a integração econômica da Ásia, melhorar as relações com a China e, simultaneamente, intensificar suas alianças com os Estados Unidos, a política externa japonesa terá que ser mui-

to hábil. Negociações complexas estão envolvidas, necessariamente tendo que levar em conta os interesses das diversas partes, nem sempre convergentes.

Voltando novamente os olhos para os grandes atores internos e externos que influenciam no cenário asiático, vê-se que as relações entre Japão e Estados Unidos são sólidas e tendem a ser aprimoradas. As relações entre Japão e Rússia encontram-se estáveis, embora não isentas de divergências latentes. Residem nas relações entre Japão e China, portanto, os maiores desafios a serem tratados pela política externa e pela diplomacia japonesa.

Essas relações sino-japonesas – que examinaremos adiante – atuam no cenário geopolítico em questão como uma variável capaz de, em função de seu maior ou menor sucesso diplomático, influenciar o sucesso e o grau de integração a ser alcançado no âmbito da Asean e da Ásia como um todo; e o sucesso e o grau de multilateralismo da política externa japonesa. Deteriorando-se as relações entre China e Japão, dificultar-se-á o processo em curso na Asean, tendendo seus membros a, defensivamente, fechar mais o bloco (com conseqüências para a Ásia); e estar-se-á diante de um insucesso da política externa do Japão no seu foco regional, requerendo então maior amplitude de ação multilateral para normalizar o quadro.

Uehara, em sua obra já citada, defende que a política externa do Japão no pós-Guerra Fria deve pautar-se em princípios como o multilateralismo afirmativo, o bilateralismo dominante e o regionalismo.

Quanto ao primeiro, trata-se de princípio freqüente da PE japonesa. O Japão é o maior provedor de ajuda externa oficial à região e a organismos multilaterais (sendo de notar que apoiou o ingresso da China na OMC, visando torná-la mais previsível e mais integrada ao mundo político-econô-

mico); e isso é fator positivo em relação à sua pretensão de uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Mas existe certa ambigüidade entre o pacifismo "ONU-centrista" japonês adotado nos anos 50 e a *realpolitik*, na medida em que esta última clama por maior poderio militar.

Quanto ao bilateralismo dominante, a aliança defensiva com os EUA é novamente focal e aparece como elemento estabilizador, ao mesmo tempo oferecendo maior segurança ao Japão (com grande aceitação da opinião pública japonesa) e maior tranquilidade aos países vizinhos, especialmente quando se levam em conta as particularidades do cenário do Nordeste Asiático. Além disso, a existência dessa aliança parece estimular alguma convergência entre os políticos defensores de duas escolas distintas, a do Japão pacifista ("potência civil afirmativa") e a do Japão "Estadnormal" (ou seja, bem armado).

Quanto ao regionalismo, é fato que existem reações regionais a uma liderança japonesa e à pretensão de um lugar de maior proeminência para o Japão nas questões internacionais. China e Coreia do Sul representam as maiores reações, sempre atentas à indesejada possibilidade de, a longo prazo, o Japão voltar a ser uma potência militar impetuosa, em termos regionais e globais. Ocorre que o Japão, em épocas recentes e em decorrência de ser potência econômica mundial, bem sabe que não pode desconsiderar o compromisso japonês com a restauração e a integração econômica da Ásia, o que é de seu próprio interesse; mas sua política externa terá o cuidado de sempre avaliar, nas ações regionais, os interesses americanos e o fortalecimento das relações nipo-americanas. A PE japonesa, sob esse princípio, deverá continuar a servir como uma complementaridade à PE norte-americana, deixando claro que seu projeto não é militarista, nem ameaçador, nem volta-

do para a disputa de liderança, mas sim visa contribuir para a segurança e a estabilidade regionais, essenciais ao bom prosseguimento das políticas de desenvolvimento do próprio Japão e de seus vizinhos. Ainda assim, quando observado em paralelo com a postura governamental de robustecimento das forças armadas nipônicas, esse projeto não fica isento de críticas sobre sua intrínseca ambigüidade.

De todo o exposto, é conclusivo que, embora existindo rivalidades, ressentimentos, contenciosos não resolvidos, diferenças de opinião sobre os rumos da integração econômica asiática e posturas ambíguas, é no momento prioritária para a PE japonesa a manutenção de boas relações com a China, sem caracterizar uma disputa pela liderança continental (que, pelo menos no presente, não está ao alcance do poder nacional japonês); e sem abdicar do multilateralismo e da prática de uma política externa mais afirmativa e proativa. Essa estratégia, porém, não é suficiente para ocultar a insepulta ambição japonesa de ampliar sua esfera de influência e eventualmente voltar a disputar a liderança asiática, o que colide com os interesses chineses; e tampouco oculta a realidade viva dos contenciosos sino-japoneses.

POLÍTICA EXTERNA CHINESA

A forma mais sintética de resumir a política externa que vem sendo praticada pela China a partir de sua abertura econômica, adotada nos anos 70, e do fim da Guerra Fria no início dos anos 90, é defini-la como uma política bastante independente, com forte personalidade própria (autodeterminação) e, sobretudo, pacífica. Objetivando salvaguardar sua independência política, seu desenvolvimento e sua soberania, visa também estimular uma conjuntura internacional favorável à continuação das reformas

econômicas iniciadas por Deng Xiaoping, o que pressupõe a paz mundial e a cooperação desenvolvimentista. Sob essa concepção essencial, o conteúdo da política externa chinesa dos dias presentes contempla ênfase à sua independência decisória, à neutralização de contenciosos críticos, ao estabelecimento de relações amistosas e cooperativas com outros países, ao fomento de um ambiente de boas relações com os vizinhos asiáticos, ao incentivo ao crescimento de países em desenvolvimento e à progressiva abertura de sua economia ao mundo globalizado, numa visão realista das interdependências econômicas mundiais.

Isabela Moraes (em seu trabalho *O Regionalismo Asiático Revisitado: impactos para a Asean da emergência da China pós-Deng*) sintetiza a política externa da China pós-Mao como composta por duas vertentes principais. A preocupação central é a da reafirmação da soberania por meio da recuperação de territórios perdidos ao longo de guerras e ocupações japonesas e ocidentais no passado (Taiwan, Hong Kong, Macau), bem como a manutenção da integridade territorial (atuando contra o separatismo – casos de Taiwan e Tibet – e solucionando contenciosos de fronteira, com destaque para os casos da Rússia e da Índia). Uma segunda vertente volta-se para o relacionamento com as grandes potências, notadamente Estados Unidos, Japão e países da ex-URSS (onde sobressai a Rússia). Ressalta Moraes que, por conta de suas dimensões territoriais e populacionais gigantescas, de sua recente explosão econômica e pelo fato de ocupar como potência nuclear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a China vem se tornando, cada vez mais, um ator central da dinâmica mundial do pós-Guerra Fria, fazendo pleno uso de seu poder nacional no percurso dessas duas vertentes.

Essa essência política se reflete em posturas que o governo chinês alega adotar, tais como a não submissão a pressões externas; a rejeição a alianças estratégicas, exceto aquelas voltadas para o desenvolvimento econômico regional; a oposição ao hegemonismo, à agressão territorial e à intervenção nos assuntos internos de outros países; o respeito mútuo à soberania; o solucionamento diplomático dos conflitos históricos de fronteiras, territórios e mares jurisdicionais; a priorização da cooperação comercial, científica e tecnológica capaz de oferecer vantagens recíprocas; e a consolidação pacífica, estável e racional da nova ordem mundial.

De fato, a política implantada por Deng Xiaoping representou grandes modificações estruturais: substituiu (embora com a permanência do regime comunista) a motivação puramente ideológica da era maofista por um pragmatismo que leva mais em conta as razões de Estado, priorizou a modernização da indústria, da defesa, da agricultura e da ciência e tecnologia, e projetou a China no cenário internacional com um crescimento sustentado do PIB de, em média, 9% ao ano em épocas recentes, levando-a à quarta posição no *ranking* econômico mundial (atrás apenas dos EUA, Japão e Alemanha).

Durante a Guerra Fria, diante do conflito bipolar entre EUA e URSS (as duas potências dominantes do período), o papel chinês resultava apenas secundário, embora importante. Com o advento da “nova ordem mundial”, que resultou da queda do Muro de Berlim em 1989 e da desintegração da URSS em 1991, a representatividade chinesa transcendeu o Leste Asiático e seu *soft power* tornou-se relevante no mundo ocidental. O Partido Comunista Chinês (PCC) não deixou de visualizar adequadamente essa transição, tendo, na sua reunião de 1992, anunciado a opção por uma “economia socialista

de mercado com características peculiares chinesas"; e em seu XV Congresso, em 1997, propalou um amplo programa de privatizações de empresas estatais e uma abertura econômica externa mediante ação controlada pelo Estado.

Desde então, tornou-se nítida a opção chinesa pelo crescimento pacífico e pela lógica da diplomacia do *status quo*, que visa à estabilidade e segurança do ambiente geopolítico em que o país se desenvolve. Tornou-se evidente, também, sua prioridade voltada para uma relação mais harmoniosa com os países asiáticos e, em especial, com os do Sudeste Asiático, sem deixar de ampliar ainda suas relações com a Rússia e a Austrália, num cenário mais expandido. No Sudeste da Ásia, a China cuida com elevado interesse de suas relações com os membros da Asean. Com a Rússia, inaugurou no século XXI um relacionamento mais aberto, negociando contenciosos de fronteiras, acordos comerciais e de cooperação tecnológica e energética. A presença da pujança da economia chinesa na região levou também a um melhor relacionamento econômico com Taiwan, apesar das tensões que decorrem das discussões sobre sua soberania.

Um bom exemplo da abertura chinesa ao mundo globalizado pode também ser obtido no âmbito das relações com a África. Em novembro de 2006 o governo chinês recebeu representantes de 48 dos 53 países africanos, somente tendo ficado ausentes os governos africanos que ainda reconhecem o governo de Taiwan (que, embora convidados, optaram por não comparecer). A parceria estratégica com a África, que inclui o perdão de dívidas africanas, o oferecimento de créditos de longo prazo, a duplicação a curto prazo da ajuda chinesa ao continente negro e acordos substanciais entre empresas chinesas e governos africanos na área de infra-estru-

tura, comunicações, tecnologia, energia e finanças, tem do lado chinês o objetivo de assegurar o abastecimento de produtos primários como petróleo (Angola já suplantou a Arábia Saudita como maior supridora da China), minério de ferro (que o Brasil também fornece em grande quantidade) e cobre, dentre outras matérias-primas, todas vitais para sustentar o crescimento do gigante asiático. Paralelamente, isso melhora a imagem chinesa perante os organismos internacionais, como a ONU, por propiciar algumas condições melhores para o desenvolvimento africano.

As relações com o Japão, todavia, permanecem difíceis, pois embora o Japão seja um dos alvos dos investimentos de empresas chinesas, há contenciosos territoriais não resolvidos sobre ilhas do Mar da China e existem sérios ressentimentos na sociedade chinesa sobre o passado imperialista/colonialista japonês, motivo de algumas guerras regionais cuja memória não se extingue. Os desconfortos sino-japoneses são agravados pela forte aliança nipo-americana do pós-Segunda Guerra Mundial, colocando o Japão sob um guarda-chuva protetor militar norte-americano, situação esta que permanece até o presente e vem sendo revigorada. Embora o Japão esteja em fase de rever as limitações constitucionais restritivas de sua recuperação militar para poder assumir suas próprias responsabilidades de defesa, o fantasma da remilitarização japonesa é objeto de sérias preocupações chinesas (e regionais). Preocupações chinesas refletem-se também na pretensão japonesa de, com o apoio dos EUA, conseguir um assento no Conselho de Segurança da ONU, o que é obstaculizado pela China, que ameaça inclusive usar seu poder de veto para impedi-lo. Em que pesem esses óbices, não parecem visíveis – sob o prisma idealista, e pelo menos no curto prazo – deteriorações

das relações sino-japonesas que não sejam tratáveis pelas vias diplomáticas, pois a real sustentação dessas relações deverá ser calcada na interdependência econômica de ambos os países e na convergência de seus interesses no desenvolvimento regional. O Japão, consciente de que, sob a realidade presente, a China assume a liderança asiática, não deverá permitir que prosperem contenciosos críticos entre ambos (como a questão de Taiwan e a das ilhas em disputa territorial) e provavelmente preferirá prosseguir em sua recuperação da crise econômica dos anos 80/90 e na reestruturação de suas forças armadas para, num futuro ainda não muito visível – e se bem-sucedido –, voltar a disputar essa liderança. Não obstante, a visão realista não deixa de enxergar como bem visíveis no horizonte os fantasmas dos contenciosos não resolvidos.

A abertura chinesa à economia mundial também gerou a reorientação de sua política em relação ao mundo ocidental, especialmente junto aos Estados Unidos e à União Européia. Foi fator decisivo para tanto o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), para o que contou inclusive com o apoio japonês. Essa adesão fez com que a China reajustasse seu sistema econômico para compatibilizá-lo com padrões e normas ocidentais, inclusive sob o aspecto legislativo, fortalecendo seu papel nos fóruns mundiais e na ONU, bem como trazendo-lhe uma imagem mais aceitável e previsível no mundo ocidental.

Observa-se, no presente, uma China cuja política externa é inserida num mundo com tendência multipolar, como defendem os estrategistas chineses. Observa-se, ainda, que essa visão é orientada pelo interesse nacional, sob uma óptica realista que prioriza a atuação pragmática e estratégica independente, levando em conta a expressão dos vários componentes de seu poder nacional.

Neste, nota-se a prevalência do poder econômico, a importância do poder político na esfera internacional, o enorme porte de seu poder militar (inclusive nuclear) em respaldo à diplomacia e uma forte presença do psicossocial, onde a ideologia socialista ainda tem lugar destacado (desde que não represente atraso econômico).

O uso desse poder nacional, que no momento emerge como líder na Ásia, é presentemente direcionado para a opção comercial; e possivelmente assim permanecerá, a menos que outras potências assumam atitudes hostis ao crescimento chinês na Ásia ou tomem posições inaceitáveis pela China no que concerne a questões delicadas, como a de Taiwan, a das ilhas em disputa, ou a da península coreana (cuja reunificação a China apóia).

Em permanecendo estáveis as circunstâncias e o panorama geopolítico que envolve o desenvolvimento chinês, sua política externa deverá continuar a ver com bons olhos as parcerias econômicas como sendo o melhor instrumento de relacionamento entre as maiores potências do século XXI (e também com os países que regionalmente buscam crescer). Nesse contexto, é previsível que a China seja mais flexível nas concessões econômicas aos países ocidentais, procure participar muito ativamente nas instituições internacionais e prossiga seu caminho de ocupar lugar de destaque dentre as maiores potências planetárias.

As relações sino-japonesas, porém, merecerão tratamento prioritário e especial, por se constituírem provavelmente no maior óbice à harmonização relacional pretendida pelos chineses para consolidar um ambiente estável e pacífico de crescimento. Mas a possibilidade de deterioração do cenário é real, e é sempre considerada pelos estrategistas chineses. Não é por outra razão que a China continua a nutrir seu *hard power* com novas armas e tecnologias, mantendo-se

como uma potência nuclear aprestada para o uso, convencional ou não, de seu poderio militar, se as circunstâncias exigirem.

Tal como já comentado no caso japonês, o cultivo de um bom relacionamento não é o bastante para minimizar o peso das rivalidades com o Japão, sempre capazes de causar degeneração nas relações entre as duas maiores potências regionais. Não se pode dizer que as políticas externas de China e Japão estejam voltadas para atrações, mas não se pode ignorar que a estratégia de ambas as potências visa à expansão de áreas de influência na Ásia, num cenário de interesses conflitantes. Do ponto de vista realista, a boa convivência

dará amparo ao desenvolvimento e à cooperação regionais, mas em algum momento futuro as colisões de interesses manifestar-se-ão de alguma outra forma, dando margem a delicadas situações diplomáticas que podem ter implicações militares.

A segunda parte deste trabalho procurará explicitar o contexto das principais rivalidades sino-japonesas, discutindo suas possibilidades de agravamento, os possíveis envolvimento de outras potências, o teatro marítimo em que certas confrontações tendem a ocorrer e os reflexos dessas circunstâncias no cenário geopolítico considerado.

(CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO)

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> /; Geopolítica; Japão; China; História do Japão; História da China; Análise política;